



# Anais da Assembléia

N.º 149

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1.979

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 142.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1.979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

○ SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIO:

Sob o n.º 22/79, do Sr. Geraldo Cezar de Souza, Presidente do Albergue Noturno "Casa do Caminho" de Apucarana, vem agradecer penhoradamente aos Srs. Deputados com assento nesta digna Casa de Leis, a declaração de utilidade pública do Albergue Noturno, através da Lei n.º 7.239, de 24/10/79. — Ciente. Arquite-se.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal, ocorrido ontem, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do General

Gastão Pereira Cordeiro, ocorrido ontem, em nossa Capital. Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL, ocorrido ontem, nesta Capital.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEES.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL, ocorrido em data de ontem, nesta Capital, dando-se ciência deste a seus familiares.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoiamto:— DOMÍCIO SCARAMELLA, ANTÔNIO FACCI, JURANDIR MESSIAS, AUGUSTO CARNEIRO e FUAD NACLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Pertencendo a tradicional família de nosso Estado, o passamento dos Des. James de Azevedo Portugal enlutou o meio forense, onde gozava do mais elevado conceito.

Dando continuidade à exemplar vida forense iniciada por Clotário Portugal, magistrado de maior renome em nosso Estado, o extinto abraçou, igualmente, a carreira da Magistratura, chegando ao mais alto degrau, principalmente pelos seus inegáveis méritos.

A fim de manter a tradição de família, a maior parte de seus descendentes seguiu o curso de Direito, em busca da continuidade da aplicação da verdadeira Justiça que todos nós buscamos.

Contribuindo de uma forma ou de outra para esse elevado fim, seguiram seus passos o advogado, o diligente assessor do egrégio Tribunal de Justiça do Estado e o próprio magistrado, na pessoa do Dr. Clotário Portugal de Macedo Neto.

Desnecessário enumerar as qualidades de um ente que ora deixa seus filhos com a responsabilidade de zelar por tão digno nome.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos um voto de regozijo, pela passagem do 25.º aniversário de Engenheiro Beltrão, que ocorrerá no dia 26 de novembro do corrente ano.

Requer, outrossim, que do pronunciamento da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

e a Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Engenheiro Beltrão é um dos municípios que tem alcançado um dos maiores desenvolvimentos em todo o Estado do Paraná, contando atualmente com mais de 35.000 habitantes, tem sua densidade demográfica da ordem de 81,42 habitantes por quilômetro quadrado, e colabora decisivamente para o progresso de nosso Estado, daí o nosso júbilo pela passagem de seu 25.º aniversário.

Para que se note o desenvolvimento de Engenheiro Beltrão, citamos sua produção: soja, 38.000 tn., trigo, 9.480 tn., algodão, 1.785 tn., entre outros produtos.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor LUIZ ROBERTO SOARES, DD. Secretário de Estado da Cultura e Esportes, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes, na Cidade de União da Vitória, tendo por local, a Praça do Expedicionário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### JUSTIFICATIVA:

União da Vitória, constitui-se hoje, numa das mais importantes Cidades da Região Sul do Estado; centro de micro-região, desempenha importante papel como polarizadora cultural e esportiva, com influência incontestável sobre grande área do nosso Estado, bem como, ainda, sobre parte de Santa Catarina.

União da Vitória, conta, além de uma infraestrutura formada, possui ainda posição destacada nos setores econômicos-financeiros, cujas atividades agropecuárias, industriais e comerciais, vem apresentando um crescimento constante e acentuado, provocando em contra-partida uma expressiva expansão populacional.

Com uma população estudantil em torno de 10.000 alunos matriculados nas inúmeras escolas existentes no município, sente-se de imediato, a falta de melhores condições para a prática esportiva, que é onde o nosso jovem estudante encontra a complementação educacional, adquirindo maior senso de responsabilidade e disciplina, com uma formação completa para no amanhã assumir com seriedade de princípios os destinos de nos sucederem nas mais variadas esferas da administração, tanto públicas como privadas.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando imediatas providências no sentido da execução do asfaltamento do "acesso Mamborê-Br-369".

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, se referiu a obras constantes no Mapa Rodoviário fartamente distribuído pelo então governador do Estado Sr. Jayme Canet Júnior, e lá constava como concluído o Acesso Mamborê-Br-369.

Novamente em 11 de junho de 1.979, fizemos a solicitação, em tela, tendo nosso requerimento sido rejeitado pela bancada da ARENA nesta Casa.

Mas, infelizmente, até esta data não se tomou providências nenhuma para que Mamborê tivesse seu Acesso com a Br-369 asfaltado, e na semana passada, mais de cem caminhões carregados de mercadorias não puderam mais sair de Mamborê, prejudicando não só o município, mais todo o Estado, pois é o município de grande produção agrícola.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), solicitando a instalação de uma filial, bem como de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes no Município de Toledo.

Requer, também, o envio de expediente, contendo o teor do presente aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Toledo.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é baseado em solicitação da Câmara de Vereadores de Toledo, tendo em vista, principalmente, o fato de Toledo se situar numa região geo-econômica de grande importância para o Estado, ocupando posição privilegiada e de destaque, inclusive, nacional.

Atualmente o Posto da CAFÉ DO PARANÁ em Toledo é ligado à filial de Umuarama, dificultando, assim, um melhor atendimento ao setor agropecuário do município e região que dispõe de elevados índices de produtividade, além de contar com infra-estrutura e condições tecnicamente excelentes.

Toledo necessita, portanto, de urgente instalação de uma filial e de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes da CAFÉ DO PARANÁ para facilitar a assistência, principalmente, aos pequenos produtores rurais.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer se oficie ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Transportes, Dr. Nivaldo Almeida Neto, no sentido de solicitar um auxílio financeiro para a construção do Terminal Rodoviário do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se na crescente necessidade que sente a população e o Município de Marechal Cândido Rondon, de ter um terminal rodoviário com maior capacidade para receber os inúmeros passageiros que embarcam e desembarcam diariamente, provindos de linhas de ônibus interurbanos, estaduais e interestaduais.

A atual estação rodoviária é de propriedade de particulares, o que acarreta maiores encargos para as empresas de transporte rodoviário e seus usuários.

Este terminal rodoviário vem atender a grande demanda de passageiros que fazem uso dos serviços prestados pelas empresas de ônibus, e também vem beneficiar toda a coletividade daquele município, por estas razões, pedimos aprovação dos nobres colegas Deputados.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, apelando no sentido de que sejam efetuadas as nomeações dos peritos policiais, aprovados em concurso realizado no dia quinze de fevereiro deste ano.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O setor de Segurança Pública do Estado está carente em termos de peritos policiais muito mais do que qualquer outra área.

A quase maioria absoluta dos nossos municípios não possuem em suas delegacias de polícia os peritos policiais, com os conseqüentes transtornos que o problema ocasiona.

No concurso realizado em fevereiro, foram aprovados 203 aspirantes ao cargo, mas existem em todo o Estado, tão somente 28 vagas.

A homologação do resultado do concurso ocorreu em julho passado.

Hoje, voltamos a apelar ao Sr. Governador do Estado a que, a exemplo do que ocorreu com os delegados e escrivães, faça as nomeações dos peritos policiais.

Fazemos este apelo, cientes da sensibilidade do Sr. Governador para com os problemas que afetam, também o setor de Segurança Pública.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DER, solicitando que se iniciem estudos para que na construção da Rodovia BR 116 (Contorno Sul), que passará no Município de São José dos Pinhais, sejam inseridas dentro das normas técnicas e de segurança dispensáveis ao caso, extensões e ligações de acesso às Colônias e Distritos de Cachoeira, Cotia, Agaraú, Colônia Marcelino, Campina de Taquaral, Miringuava e várias outras regiões.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

(a) RENATO BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme apelo formulado pelo nobre Vereador Iwerson Chiuratto, que em breve síntese sobre o problema, alerta sobre a necessidade de tais medidas, que se não forem viabilizadas dentro do cronograma de obras, deixará tais distritos e colônias isoladas de comunicação direta, o que representará dificuldades no que tange ao escoamento do principal produto industrial destas cercanias, que é a cerâmica; além de transtornos gerados tências que se formularão se tal medida não se concretizar, o que certamente incorrerá em gastos desnecessários com o óleo combustível.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência ao Diretor Geral do DNER, e ao nobre Vereador Iwerson Chiuratto.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 187/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho, registrada sob o nº 140.625, no 1º Registro de Títulos e Documentos.

Art. II — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

##### PROJETO DE LEI nº 188/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA", com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

(a) RENATO BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

A Logosofia tem por finalidade, apresentar nova concepção do homem, do universo e de suas leis. Conduz o ser humano a aperfeiçoamento psicológico e espiritual de si mesmo através de um método científico, e o seu objetivo principal é a difusão do conhecimento Logosófico em prol da Superação Humana.

O Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba, é uma entidade pertencente a FUNDAÇÃO LOGOSÓFICA EM PROL DA SUPERAÇÃO HUMANA, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, por cujo estatuto é regido.

Isto exposto, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côertes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, inscrito.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, Curitiba foi sede de dois encontros: As Associações em Defesa do Consumidor se reuniram em Curitiba, para estudos, formas e fórmulas, em defesa do consumidor brasileiro, para criarem a Confederação das Associações em Defesa ao Consumidor da nossa Pátria, já a nível nacional, com muito mais força para, junto ao Governo Federal, agilizar os mecanismos e proteger o consumidor tão sofrido do nosso País.

Nós queremos nesta oportunidade, através do Presidente da Associação em Defesa do Consumidor do Paraná, o Jornalista Arnaldo Cruz, manifestar o nosso apoio, o apoio desta Casa, que, por coincidência, quando se realizava aquela convenção, esta Casa, por unanimidade de seus membros, votava um projeto, declarando aquela Associação de utilidade pública, a fim de que pudesse receber subvenções oficiais para melhor se desincumbir da missão tão nobilitante que vem desempenhando no Paraná.

E a outra convenção que nós assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi das Federações dos Trabalhadores da Agricultura, que se reuniram em Curitiba, para debater o problema fundiário, o problema dos bóias-frias, enfim, os diversos problemas que vêm afligindo a área da agricultura do Paraná.

Pergunto aos Srs. Deputados: O que tem feito esta Casa, que deveria erguer a bandeira destas reivindicações. O que nós temos assistido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é, de um lado, Deputados do MDB, a criticarem, e de outro, Deputados do nosso partido, a ARENA, a defender.

Mas, jamais temos assistido uma comissão de alto nível, a nível de Poder Legislativo, para debater esses assuntos tão sérios, que vêm afligindo o povo brasileiro. Quero deixar aqui, um alerta ao Poder Executivo do meu Estado, a todos os Srs.

Deputados, independente de cor partidária, para que formemos uma comissão de alto nível, porque nós assistimos ainda ontem, pela televisão, elementos que integraram esta convenção, a defender a reforma agrária.

Confesso e entendo que a reforma agrária não é a solução para o bóia-fria, muito menos para a agricultura do Paraná.

Nós temos aqui nesta Casa, eminentes Deputados preocupados e que vêm estudando este assunto. Quero convocá-los para a constituição de uma comissão de alto nível. Vamos convocar homens responsáveis e que estão estudando também o problema, como o Presidente da Federação da Agricultura no Paraná, Coronel Mário Stadler, os ex-Ministros da Agricultura, Ney Braga, Ivo Arzua, Fernando Cirne Lima, homens que têm vivência do problema, porque passaram pelo Ministério da Agricultura, e vamos sentar numa mesa redonda para debater o assunto, porque continuo acreditando que o problema da agricultura do nosso País, nós só o resolveremos na medida em que forem fortalecidas as cooperativas; na medida em que o Governo, fortalecer também as empresas agrícolas, a exemplo do que se fez, através desses quinze anos, nas empresas industriais, porque nós não assistimos e não vemos os bóias-frias na indústria.

O que está ocorrendo com os bóias-frias na agricultura? São milhares de irmãos nossos que estão peregrinando pelas estradas, à procura de melhores condições para sua sobrevivência.

Porisso, entendo e quero convocar os eminentes Deputados, muitos daqueles que têm se manifestado permanentemente nesta Casa, para formarmos esta comissão de alto nível, e vamos convocar os homens que estão estudando a fundo o problema fundiário e o problema do bóia-fria no Brasil, para, numa mesa redonda, o Poder Legislativo do Paraná, poder, através de um trabalho minucioso, estudado e debatido, oferecer ao Brasil a contribuição valiosa deste Poder.

Porque, este Poder tem a representação do povo do nosso Estado, e tem a obrigação moral de representá-lo bem. E só faremos isso, essa representação, se deixarmos de lado as questões políticas e partidárias, e unirmos essa Assembléia em torno do Poder Legislativo, fazendo com que a voz deste Poder se eleve aos demais Parlamentos do Brasil, a fim de que as autoridades responsáveis encarem com seriedade o problema que vem afligindo hoje, milhares e milhares de irmãos nossos que estão peregrinando pelas estradas. E que, amanhã, estes mesmos milhares e milhares de irmãos nossos que, hoje lutam pela sobrevivência de suas famílias, poderão ser o estopim que há de levar este País a conseqüências as mais desastrosas.

Fica aqui, portanto, o apelo de um homem com trinta anos de vida pública, um homem que está se despedindo da vida pública, mas que quer deixar este apelo, principalmente aos mais moços, àqueles que ficarão com o encargo de continuar representando o povo do Paraná nesta Assembléia e nos demais Parlamentos da Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Com um atraso de cinco anos, o Governo brasileiro resolveu colocar em prática uma política pró-álcool, divulgando uma série de medidas que fizeram a Nação sorrir, com a já tradicional desconfiança brasileira.

Todos sabem que o Brasil é um País sem petróleo suficiente para o consumo interno. Precisamos de combustível, pois vivemos às custas de rodovias. No entanto, aqui temos água, em abundância, terra, sol, mão-de-obra sobrando. Está clara a situação, pois todos os caminhos: nos levam em direção a colocar o álcool combustível à disposição dos consumidores.

Foi quando, despertando para a realidade, o governo

resolveu instalar algumas bombas para o fornecimento de álcool combustível. Só que vários motoristas que procuraram o local (ou locais) para abastecimento, ficaram na mão. Receberam a informação de que os motores teriam que estar adaptados, dentro dos padrões determinados pelo Conselho Nacional do Petróleo (não era Conselho do Álcool, não), e que somente oficinas credenciadas estavam autorizadas a realizar tal operação.

Na verdade, ninguém conseguiu tal autorização pois a burocracia impôs uma série de medidas que desanimou a todos. Não adiantou nem mesmo o Presidente da República ou o Governador do Paraná adaptarem seus carros oficiais, pois quem quiser seguir o exemplo (bom, por sinal), não tem condições.

Aqui começa o golpe.

Dias atrás, o Conselho Nacional do Petróleo decidiu que o preço do litro do álcool hidratado passa a sofrer um aumento (que os técnicos chamam de reajuste), na base de 70 por cento (parece aumento de taxa escolar). Desta forma, ele fica com seus preços fixados em condições de igualdade com o diesel e apenas 15 por cento abaixo do preço da gasolina. Uma verdadeira barbaridade.

Um grande golpe. Um terrível abuso daqueles que têm a obrigação de controlar a inflação nesta Nação. Quem vai querer trocar de motor, visando economia? Quem?

Enquanto isso, o Ministério da Agricultura continua criando idéias, com vistas ao incentivo à produção de cana-de-açúcar. O esquema pró-álcool vai também continuar incentivando a instalação de novas destilarias. Para onde vai todo este estoque de álcool? (que nos dias de hoje já começa a sobrar?) Não resta mais dúvidas: vamos produzir álcool para o exterior. Vamos exportar um produto que poderia ser a nossa salvação. Uma jogada desastrosa, que vem prejudicar o tão consumido consumidor brasileiro. Exportando álcool, estaremos diminuindo nova dívida externa e conseguindo divisas para comprar mais petróleo, sustentando desta forma, o equilíbrio da intocável PETROBRÁS.

Aqui fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa denúncia deste que é o atual golpe do governo brasileiro; tantos outros vêm sendo lançados e colocados em prática, um deles, a reforma partidária, um verdadeiro absurdo, colocando fumaça nos olhos do povo brasileiro, povo que passa fome, povo que está desempregado mas que, a cada esquina, fica a discutir a reforma partidária e a nos indagar: a que Partido você vai? Como é que fica a reforma? e o PTB, nasce ou não nasce? E o ARENÃO, como é que fica?

Mas, enquanto isso, a barriga está roncando, o menor abandonado continua aumentando em números, a taxa escolar continua crescendo e a miséria é uma realidade neste País, de tecnocratas que querem se perpetuar no Poder".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O assunto do dia na área política continua sendo a reforma partidária que extingue os partidos, a fim de que possamos alcançar o pluripartidarismo.

Só que o Governo almeja um pluripartidarismo com um partidão de Governo, e para que isso aconteça, mantém "intocáveis" as mal faladas sublegendas.

Sublegendas - que segundo Jânio Quadros - se prestam a serviços de chefetes da politicagem ou os chamados "coronéis".

Aliás, todos sabemos que estamos em época de abertura.

Ninguém ignora que o nosso Presidente estendeu sua mão, aberta, a todos os que quisessem ao seu lado fazer deste País uma democracia.

É verdade que depois fechou a mão ao tratar de eleições diretas para a Presidência e agora fechou-a novamente no tocante às sublegendas.

O que se pretendeu realmente com a chamada reforma, foi desorganizar a Oposição.

Mas, talvez o Planalto não tivesse examinado como as coisas ficariam na área do Governo.

Todos sabemos que o nosso próprio Governador já estava preparando o seu futuro partido político que seria um Democrata Cristão, quando houve uma alteração nas regras do jogo e todos os Governadores foram convocados para formarem o ARENÃO.

No começo, ninguém se importava com a sublegenda, mas, com o crescimento de adeptos de um futuro Partido Independente, o Presidente não quis saber nem de Partido de apoio e muito menos de sublegenda, como forma de esvaziar tal movimento.

Aliás, até clima de tensão já existe, tanto isso é verdade que o próprio Ministro Portella não aceita que se coloque o futuro Partido do Governo como ARENÃO, em tom pejorativo.

Que sejam extintos os atuais partidos políticos, criando-se condições para o surgimento de várias novas agremiações, entendendo ser oportuno - especialmente pela existência das sublegendas que nos dão hoje a falsa imagem do bipartidarismo, quando na verdade temos um aglomerado de partidos dentro de partidos, fazendo com que vivamos num pluripartidarismo.

Graças ao instituto da sublegenda são feitas as acomodações na ARENA, da mesma forma que se acomodam no MDB os autênticos, moderados e os chamados adesistas.

Após acabar com os dois partidos, permitindo a criação de quatro ou cinco novos e continuar a manter a sublegenda, é um verdadeiro retrocesso.

Vale lembrar a declaração do Deputado Herbert Levy ao dizer que a sublegenda foi mantida não obstante as advertências feitas, isto porque um grupo tomou conta do Governo, influenciando nas decisões, porquanto o Presidente Figueiredo não tem vivência política.

Enfim, nem tudo está perdido.

Se todos os Parlamentares que são contra as famigeradas sublegendas votarem como pensam, a reforma poderá ser salva pelo próprio Congresso, não obstante os riscos do veto presidencial.

A observação é válida quando ainda hoje, li uma declaração do Senador biônico Tarso Dutra, que diz que mesmo sendo teoricamente contra as sublegendas, votará a favor de sua manutenção, como um expediente transitório, válido num momento de reorganização partidária.

Depois disto, só resta o silêncio.

Faço silêncio... deixo a tribuna para pensar'.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Alçados à condição de Parlamentares pela livre expressão dos anseios populares, ocupamos constantemente esta tribuna para, em nome do povo e dos ideais que aqui defendemos, apresentamos inúmeras reivindicações e algumas críticas aos poderes constituídos. Estamos, é certo, exercendo um direito e um dever.

Por outro lado, deveríamos também, e isto nem sempre acontece, pautar nossa atuação por uma conduta de despreendimento e até de justiça e, dessa forma, agradecermos de público todas as muitas vezes em que nossos pedidos são atendidos e satisfeitas as nossas reivindicações. Quase sempre esquecemos que um simples requerimento de nossa autoria enseja uma carga enorme de trabalho às autoridades competentes.

Nesta linha de pensamento, ocupamos hoje esta tribuna, não para enaltecer, mas para fazer justiça ao incansável trabalho desenvolvido por um dos Secretários de Estado do Paraná, que com humildade e simplicidade, tem dado mostras de um tenaz e frutífero trabalho de equipe, mas, que, desinteressado em divulgação que projete sua figura pessoal, tem ficado, via de regra, à margem dos noticiários, se considerarmos toda gama de serviços já prestados à nossa população.

Estamos nos referindo a um paranaense, antes Engenheiro da COPEL, na obra de Salto Osório de 1969 a 1972, e outro Engenheiro Chefe da ELETROSUL, nas obras de Salto Santiago de 1972 a 1979. Atualmente, como Secretário dos Transportes, o Engenheiro Nivaldo Almeida Neto tem colocado toda sua juventude e disposição em prol dos anseios de todas as regiões de nosso Estado. E são incontáveis suas realizações, em apenas oito meses de Governo Ney Braga. Salientamos apenas algumas, que por si só, falam bem alto da dinâmica imposta por Sua Excelência o Sr. Nivaldo Almeida Neto, à frente da Secretaria dos Transportes.

Estudos e planejamento da Ferrovia do Soja, visando obter recursos junto ao Ministério dos Transportes. A seriedade e a profundidade deste trabalho levou o Governo Federal a aprovar o plano para a conclusão da citada rodovia, até 1982.

Plano completo para a ativação do Porto de Antonina, em particular em relação ao transporte marítimo de carvão destinado às empresas cimenteiras. De imediato, esta medida causou uma considerável economia de óleo combustível, até então utilizado pelas referidas empresas, além de proporcionar substancial aumento do número de empregos na cidade de Antonina.

Estudos sobre a viabilidade de navegação do Rio Ivaí, apresentado ao Governo Federal e que, além de apresentar como opção de transporte, servindo como corredor de exportação dos mais viáveis, beneficiando intensamente essa região agrícola.

Projeto de novas Estações Rodoviárias nas sedes dos municípios carentes, financiadas pelo DNER e que possibilitará um melhor atendimento aos usuários de transportes coletivos, proporcionando melhores instalações, maior segurança e um incentivo maior ao uso dos transportes de massa, beneficiando em particular as regiões menos favorecidas.

Obtenção de financiamento para construção de rodovias vicinais, através do BRDE. Esta conquista ampliará a rede rodoviária estadual, atendendo dezenas de municípios e propiciando oferta de serviços às empreiteiras e o conseqüente aumento de empregos.

Criação de assessoria especializada para dar atendimento à área parlamentar e prefeituras municipais. Nota-se que já existe um entrosamento maior entre a Secretaria dos Transportes e as Prefeituras Municipais, bem como com autoridades estaduais e federais.

O titular da Secretaria dos Transportes, retornando na última semana, dos Estados Unidos, onde foi obter linha de financiamento junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento, medida que propiciará maior volume de trabalho às empresas privadas, com considerável aumento de utilização de mão de obra, além de atender os interesses e as necessidades de dezenas de prefeituras municipais, com novas rodovias.

Foram as incansáveis viagens à Brasília, expondo planos criteriosamente elaborados, que sensibilizaram as autoridades federais e propiciaram a obtenção de recursos para a área de transportes de nosso Estado, como a Ferrovia da Soja, os terminais rodoviários, a navegação do Rio Ivaí, entre inúmeros outros.

Tudo isto, repetimos, em apenas oito meses do novo Governo.

A capacidade empreendedora do Sr. Secretário dos Transportes, já foi algumas vezes reconhecida. Prova disso é a

condecoração com a Ordem do Mérito Aeronáutica, conferida ao Sr. Nivaldo Almeida Neto pelo Ministério da Aeronáutica, pelos relevantes serviços já prestados.

Recentemente também foi agraciado com o título de cidadania honorária pelo Município de Marmeleiro, cuja população já desfruta das inúmeras realizações desta Pasta que tem à frente o mais jovem secretário de Estado do Paraná.

Sabemos também, que nossa presente manifestação não irá envaidecer, e muitos menos arrefecer pelo trabalho atualmente desenvolvido pelo titular da Secretaria dos Transportes do Paraná, mas sim, temos certeza, servirá de estímulo à continuidade de sua exemplar obra administrativa.

Porém, divulgando todas estas realizações, queremos, em primeiro lugar, agradecer de público ao Sr. Secretário dos Transportes, em nome do povo do Paraná e em particular do Sudoeste, região da qual somos nesta Casa um dos representantes e que já sentiu, concretamente, o esforço desenvolvido pelo Engenheiro Nivaldo Almeida Neto à frente desta importante Secretaria de Estado.

Em nome do Paraná e em particular de nosso Sudoeste, agradecemos tudo o que já foi realizado, o que está sendo concretizado e o que está planejado, esperando que o dinamismo realizador do Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes continue o mesmo ora observado''.

Nós encerramos e prometemos voltar aqui, trazendo maiores considerações. Levaremos à imprensa o nosso pronunciamento, para que a mesma o estampe como prova de reconhecimento deste representante e também um dos representantes do Sudoeste do Estado, pelos serviços já realizados por aquela Pasta em nossa região, ao nosso povo e por outros serviços também, prestados em todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado João Mansur usou da tribuna, na data de hoje, para falar sobre o problema do bóia-fria. Na verdade, é um problema bastante sério, se bem que não concordamos no todo com o pronunciamento do Sr. Deputado.

Realmente, é muito gratificante saber que há preocupação com o bóia-fria. Não concordamos que sem uma Reforma Agrária neste País, haja possibilidades de se resolver o problema do bóia-fria.

Há necessidade - já denunciamos desta tribuna - que o governo ditatorial que está implantado neste País, deixe de proteger os poderosos em detrimento dos pequenos; deixe de entregar as terras neste País às multinacionais e aos grandes grupos e as entregue ao pequeno trabalhador rural. O exemplo mais frisante disto, tenho em mãos com documentos que me foram passados, tanto pelo Sr. Secretário da Agricultura como também e principalmente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de dez comunidades, de dez municípios da região do Sudoeste do Paraná.

O maior fabricante de bóias-frias deste Estado é realmente o próprio Governo. É o Governo que toma medidas elitistas, medidas que não chegam a nível do trabalhador rural.

Aqui tenho, Srs. Deputados, em mãos, documentos que comprovam isso.

Usei desta tribuna, em agosto deste ano, para solicitar providências do Governo, no sentido de proteger a produção de pequenos trabalhadores rurais, pequenos trabalhadores que estão, na verdade, às vésperas de se transformar em bóias-frias.

Tratava, então, desta tribuna, de pedir proteção à produção dos suinocultores do Sudoeste do Paraná. Tive a honra de receber, em setembro deste ano, 10 de setembro mais precisamente, um ofício assinado pelo Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, em que este comunicava à Casa um acordo havido entre as grandes firmas multinacionais do ramo do

cigarro e do fumo, e o Governo Federal.

Estima-se, então, que na Região do Sudoeste do Paraná, existiam 700 mil quilos de fumo a serem comercializados, e o Governo colocou à disposição das multinacionais cento e cinquenta milhões de cruzeiros, para adquirir por um preço pré-estabelecido, de dezesseis cruzeiros o quilo, com uma classificação - que é importante - através da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.

A medida altamente elogiável, encontra-se no contexto inserido neste documento, viria beneficiar grande parte de pequenos agricultores da região Sudoeste do Paraná.

Com este documento em mãos, consultei os Sindicatos de toda a região, e hoje acabo de receber dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Planalto, que em nome do Sindicato de Planalto, Capanema, Pérola do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére, Santa Izabel do Oeste, Realeza, Salto do Lontra e Barracão, portanto, dez Sindicatos responderam à consulta que fiz a eles, sobre as medidas que o Governo havia adotado, haviam chegado a nível de produtor. Responderam o seguinte: — Já há mais de três meses os jornais publicaram um acordo que envolveram os Governos Estadual e Federal, determinando a abertura de uma linha de crédito especial às companhias fabricantes de cigarros, para adquirir excedente da produção.

Logo após a publicação, a maioria dos Sindicatos presentes fizeram um levantamento do fumo ainda em estoque no Município, para termos dados mais concretos da situação, informando também os suinocultores do acordo entre o Governo e as Companhias.

Todo esse tempo já passou e o problema continua o mesmo. Nenhuma Companhia adquiriu excedente, e a situação do fumicultor é péssima, muitos dos quais se dedicaram exclusivamente ao plantio do fumo e estão com a produção toda estocada em seu galpão, tendo que trabalhar por dia, a seus vizinhos, para sustentar a sua família.

O maior golpe aos fumicultores foi dado pela Companhia Tabex, a qual vendeu a sua empresa a outra Companhia, e esta não tem nenhum compromisso de adquirir o excedente por ela deixado. Nesse caso, realmente, a única solução seria a prometida pelo Governo, mas não executada, inclusive os dirigentes sindicais presentes perguntam: — O que será que as companhias estão fazendo com o dinheiro? Alguém deve ter falhado neste acordo''.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje estamos requerendo ao Plenário desta Assembléia, a remessa desses documentos ao Ministro da Fazenda e ao Sr. Secretário da Agricultura, porque, na verdade, estamos às vésperas de termos no Sudoeste do Paraná, mais alguns milhares de bóias-frias, graças a uma não fiscalização de verbas que são repassadas às Companhias...

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência tem um minuto para concluir a sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — ... Concluo, Sr. Presidente, solicitando aos Srs. Deputados que aprovem este requerimento, cuja súmula é a seguinte. — (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda e Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Estado, de ofício recebido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto, em nome também de outros Sindicatos da região Sudoeste do Paraná, sobre o problema de comercialização do fumo.

Requer, outrossim, seja anexado ao expediente ora requerido, cópia do ofício 628/79, da Secretaria de Agricultura do Estado, bem como que do presente se dê ciência aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Planalto, Capanema, Pérola do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére, Santa Izabel



do Oeste, Realeza, Salto do Lontra e Barracão.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

#### JUSTIFICATIVA:

Em 06 de agosto de 1.979, requeremos envio de expediente a diversas autoridades, solicitando medidas de proteção ao fumicultor.

Pelo Ofício 628/79, de 10 de setembro de 1979, do Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, a Assembléia foi informada das providências tomadas.

Finalmente agora, por ofício datado de 12 de novembro de 1979, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto, em nome de outros Sindicatos da região, comunica a ineficácia das medidas adotadas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de vários e muitos dias, ausente desta Casa, ceifado por uma tragédia que quem sabe Deus me dará condições, se Ele assim o permitir, de prosseguir na vida, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo espírito de vida.

A minha passagem nesta tribuna, agora, neste momento, é para cumprir um dever cívico e humano de declinar a gratidão profunda, sincera e do fundo do resto deste coração, por todos aqueles que vieram me socorrer nesta tragédia, em que perdi a minha esposa e o meu filho primogênito.

Esta Casa, dentro da sua frieza, dentro deste complexo de concreto, reúne uma plêiade de pessoas humanas, a partir da egrégia Comissão Executiva, dos eminentes Srs. Deputados, dos funcionários de todos os escalões. E, graças a este contingente humano e humanista, foi possível suportar com tantos outros que para aqui acorreram, a tragédia que marcou, para o resto da minha vida. Porque, quando ocorreu, eu iria cumprir um dever profissional, um dever de ofício, de atendimento de uma das comunidades que procura se emancipar, que é Cafelândia. E para lá ia, com minha esposa e meu filho, no sentido de representar a família, incorporada a esse trabalho. E fazia, para atender agora, posso dizer, um desejo da última vontade dela e do meu guri.

Não tenho mais palavras para continuar, Sr. Presidente, mas queria deixar, nos anais desta Casa, a gratidão mais profunda, representando todas as células de todo este ser; representando o mais profundo do sentimento da medula e da alma, a gratidão que tenho por todos os componentes deste Poder, desta Casa, e de todos aqueles, do próprio Poder constituído, do Estado e de todas as pessoas, conhecidas e desconhecidas, ligadas por amizade e por fraternidade universal, que souberam sustentar, quase combalido, um homem em tragédia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje, gostaria de dar dois apoios prévios: um deles à Oposição do nobre Deputado João Mansur, de sugerir a esta Casa que promova um debate, sobre o assunto realmente palpitante e que, ao contrário dele, acredito que é uma das soluções do bóia-fria, mas que realmente trará muitos esclarecimentos e nos deixará bastante à vontade para continuar nesta luta.

E até parabeno o ilustre Deputado João Mansur, porque há 30 de novembro corrente, daqui a 10 dias, o Estatuto da Terra, lei maior do Governo e que estabelece exatamente a Reforma Agrária neste País, apesar de não ter cumprido absolutamente nada, mas completa quinze anos de existência,

quando o saudoso Presidente Castelo Branco, no dia 30 de novembro de 64, promulgava o Estatuto da Terra, lei que deveria implantar a Reforma Agrária no Brasil. E também parabenizar e dar o meu apoio ao requerimento trazido a esta Casa e hoje os problemas da Região do Planalto, pelo nobre Deputado Deni Schwartz, do qual também recebi a mesma correspondência e de que, apesar de não fumar, estamos nesta luta, ajudando aqueles pequenos lavradores que têm na plantação do fumo, não uma atividade econômica principal, mas apenas mais um dos setores dentro da atividade que eles exploram na pequena propriedade, como ajudar para se manter na sua renda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao tomarmos conhecimento, recentemente, peço até permissão, porque o Deputado que mais pronunciamentos faz nesta Casa e nós vamos convidar este Deputado para fazer um trabalho em conjunto, o Deputado Basílio Zanusso, não está aqui, mas é um assunto que considero tão grave e mais uma discriminação contra o Estado do Paraná, que eu faço questão de, rapidamente, abordar na tarde de hoje.

A Associação Paulista de Produtores de Laranjas, conseguiu junto ao Governo Federal, que através do Banco do Brasil cortasse todos os financiamentos para novos pomares de frutos cítricos, a não ser no Estado de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro.

Somente estes dois Estados no entender da Associação Paulista de Plantadores de Laranjas, nenhum Estado Brasileiro a não ser o Rio de Janeiro e São Paulo, têm condições de produzir laranjas. Enquanto isso, 90 por cento da fruta cítrica da laranja, do limão, de todas as frutas consumidas aqui no Paraná, 90 por cento provêm do Estado de São Paulo. E enquanto esta entidade consegue que o Banco do Brasil promova uma ação discriminatória contra o Estado do Paraná, nós continuaremos a não cultivar estas frutas tão importante para nós.

Como nós sabemos, a Região do Cerro Azul, com condições climáticas e de solo, propicia a produção de frutas cítricas, não vai poder mais receber financiamento. O próprio litoral do Paraná, também outra região, a exemplo de Cerro Azul, isenta completamente da doença do Cancro Cítrico, também não poderá plantar pomares de frutas cítricas. E isto vem acarretar para o nosso Estado, como já disse, mais uma discriminação. E fazer com que em mais um setor da economia, nós tenhamos que ficar pendentes ao Estado de São Paulo.

Mas, um assunto que nos traz, na tarde de hoje, à tribuna Sr. Presidente, é a respeito da nossa produção de trigo.

(Lê justificativa do requerimento).

“Não resta dúvida que o exemplo dado pelo Estado do Paraná com sua participação na produção nacional do trigo, atesta a grande capacidade produtiva do nosso Estado assim como a sensibilidade do povo paranaense para um dos maiores desafios brasileiros: tornar o Brasil autosuficiente neste setor da agricultura nacional. O trigo representa em termos de importação, um grande peso na balança comercial brasileira.

Para o nosso País, cuja dívida externa ultrapassa cinquenta bilhões de dólares, a auto-suficiência na produção de trigo significa para o Brasil uma economia de milhões de dólares anualmente.

O Estado do Paraná e sua gente tem correspondido sempre aos apelos do Governo Federal toda a vez que é chamado, e pena que na maioria desses chamamentos a recíproca não seja verdadeira.

Vejam especificamente, no caso em pauta, o trigo. O Estado do Paraná aceita o desafio de tornar o Brasil auto-suficiente na produção deste cereal de vital importância para a própria soberania nacional (houve quem dissesse que o trigo deverá ser tratado como segurança nacional). Para transformar nosso Estado em grande produtor, houve muitas lutas, investi-

mentos, pesquisas, frustrações de safras inteiras para se chegar onde estamos.

Em 1968, produzíamos pouco mais de 10 mil toneladas, em 1979, tínhamos uma área plantada de 287.598 hectares, em 1979 elevamos esta área plantada para 1.345.093 hectares. Lideramos a produção nacional tritícola com 1.600.000 toneladas colhidas nesta última safra. Em algumas regiões do Estado obtivemos recordes de produtividade superiores aos alcançados em países tradicionais como os Estados Unidos e Argentina.

Alcançamos uma tecnologia das mais avançadas, montamos uma grande infraestrutura. Nosso parque de máquinas que em 1970 era de 17.258 tratores, foi elevado para 80.116; e o número de colhedoras, tão insignificantes que não possuía sequer registro em 1970, foi elevado para 12.895 colhedoras em 1978. Por certo durante o ano de 1979, houve um substancial aumento neste setor.

Temos pessoal altamente qualificados para, tranquilamente, aumentar a produção trigo em nosso Estado para até 2.200.000 toneladas na próxima safra.

Mas, todo esse esforço, toda essa ação patriótica dos agricultores paranaenses, não conseguiu sensibilizar aqueles que ocupavam ou ocupam a chefia da política econômica nacional. Senão vejamos o absurdo: (Por isto dizemos que a recíproca não é verdadeira), somos o maior produtor de trigo e não o moemos nem para o consumo interno. Produzimos (com suor e lágrimas) e somos obrigados a exportar para São Paulo "in-natura" a fim de abastecer as indústrias paulistas e manter empregos em um Estado muito mais desenvolvido que o nosso, principalmente numa época em que o Paraná precisa 230.000 novos empregos anuais. Voltando boa parte deste trigo industrializado para o mercado interno. E o absurdo é maior ainda quando o próprio Governo vive pregando a escassez de combustível.

Porém, temos dezenas de alternativas, mas precisaríamos que o poder central da república fosse o primeiro a dar exemplo. Uma dessas alternativas seria a liberação de um milhão de toneladas de novas cotas de trigo para o Estado do Paraná, distribuídas em moinhos de trigo a serem instalados (ou existentes mas sem cotas), nas regiões de maior produção deste insubstituível cereal.

Como exemplo, citamos algumas cidades, que por serem polo de grandes centros produtores de trigo poderiam receber estas indústrias: Pato Branco, Francisco Beltrão, Realeza, Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Guarapuava, Ubatã, Campo Mourão, Maringá, etc.

Com isto estaríamos contribuindo para interiorização do parque industrial do Paraná, criando novos empregos e economizando combustível, pois, ao invés de exportarmos o trigo "in natura", estaríamos exportando o produto industrializado, com grandes benefícios para a economia paranaense, pois teríamos o ICM todo revertido para os cofres paranaenses. Como sabemos, o ICM revertido ao nosso Estado, como compensação pela matéria prima produzida é insignificante.

O Estado do Paraná e o Estado de São Paulo pertencem à mesma região tritícola, apenas com uma diferença: nós produzimos, eles moem. Senão, vejamos: durante o ano de 1979, produzimos 1.600.000 toneladas, e a nossa capacidade real de moagem ultrapassa a 600.000 toneladas. Atualmente, o Estado paranaense possui 318.736 toneladas distribuídas em cotas, mais 139.811 toneladas acrescidas através da Portaria 35/77, que totaliza 458.547 toneladas. O consumo interno em nosso Estado é de 470.000 toneladas, no entanto, estamos moendo apenas 356.751 toneladas com déficit de 113.249 toneladas, o que significa: produzimos o trigo, embarcamos para São Paulo onde ele é industrializado e o mesmo volta para nosso consumo interno, originando daí o famoso passeio do trigo.

Em vista deste quadro que acabamos de expor, sugerimos o seguinte: que o Governo, através do Órgão Controlador

da política tritícola, abra um prazo não superior a três anos para que as empresas moageiras de trigo sediadas no Estado de São Paulo, transfiram-se para nosso Estado, a fim de instalarem-se no interior paranaense. Findo este prazo (três anos), que as cotas de um milhão de toneladas sejam revertidas, juntamente com as existentes, para o nosso Estado, abrindo com isto possibilidades para que novas indústrias possam se instalar no Paraná. Assim como a oficialização de cotas a todos os moinhos existentes no Estado do Paraná, sejam eles coloniais ou mecânicos.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, inicialmente desejo agradecer o apoio emprestado por Vossa Excelência à nossa sugestão, apoio que é muito importante, porque Vossa Excelência tem sido, através de todos estes anos de seu mandato, um defensor intransigente do trabalhador rural.

O nosso objetivo, nobre Deputado, não é outro senão debater o assunto com os demais Deputados que integram a representação nesta Casa, com eminentes homens públicos que vêm estudando o assunto em todo o País. Não queremos ser os donos da verdade, temos o nosso ponto de vista, mas queremos debater numa mesa redonda, a fim de que, da solução encontrada e da opinião da maioria, possamos sugerir às autoridades deste País, soluções que venham de encontro a este problema que vem afligindo milhões de companheiros nossos.

De outra parte, desejo hipotecar a minha mais irrestrita solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência, ao protesto à Companhia Paulista Esticultura, pelo prejuízo que por certo causará ao nosso Estado e principalmente este assunto tão importante que Vossa Excelência aborda neste instante, que é o problema do trigo, do passeio do trigo que tanto se fala, mas que, nenhuma providência se tem tomado e quero, endossando a solicitação de Vossa Excelência, de um aumento da quota de moagem do Paraná e além de continuar defendendo ainda o retorno dos moinhos coloniais que diminuíram em muito a produção de trigo em nosso Estado.

Por isso, Vossa Excelência está de parabéns, porque aborda um dos assuntos mais importantes, onde o Paraná vem ocupando a vanguarda na produção do Brasil.

Por isso, receba nobre Deputado, o meu aplauso e o meu apoio incondicional na tese que Vossa Excelência tão bem defende nesta tarde.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço, nobre Deputado

João Mansur, o seu apoio, e Vossa Excelência tem razão quando afirma que a política, apesar de o Estado do Paraná ter se transformado em tão pouco tempo no maior produtor de trigo da nossa Pátria, e com um pouquinho de esforço nós vamos chegar lá. O Paraná, sem dúvida nenhuma, ultrapassará a barreira dos cinquenta por cento da produção de trigo que o povo brasileiro consome hoje no Brasil e que, apesar deste esforço, mas realmente, os moinhos coloniais, tão tradicionais na Região Sul do Brasil, praticamente deixaram de existir, exatamente pela forma como é conduzida a política tritícola.

Ainda tivemos oportunidade de ler no jornal, esta semana que passou, várias entidades da Região Oeste do Paraná, reclamando medidas urgentes para que seja abastecido o mercado daquela região do Estado, de trigo industrializado para o consumo do povo.

Hoje, sem dúvida nenhuma, a Região Oeste do Paraná é que centraliza no Brasil o maior centro de produção de trigo deste Estado. Talvez, alcançando aí a casa de 700, 800 mil toneladas de trigo, e no entanto, precisam fazer campanha, porque não tem trigo para fazer o pão, aquele mesmo produtor que planta, que colhe, que vende o trigo, que entrega na cooperativa, que não consegue encontrar a farinha industrializada



para fazer o pão para os seus filhos.

Isto realmente seria corrigido se nós tivéssemos um parque industrial, com moinhos de trigo instalados principalmente na área de produção, onde o trigo sairia industrializado, ao invés de sair natural, e por isso, Senhor Presidente, faço a leitura de um expediente que, se aprovado, seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda: (Lê)

"Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República João Baptista Figueiredo, Sr. Ministro da Agricultura Ângelo Amaury Stabile, Sr. Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter, Sr. Ministro do Planejamento Antônio Delfim Neto, contendo as seguintes reivindicações:

1. Que seja liberada mais um milhão de cotas de trigo para o Estado do Paraná;
2. criação de uma região tritícola específica para o Estado do Paraná;
3. liberação de cotas a todos os moinhos existentes no Estado do Paraná que ainda não possuem cotas de trigo;
4. Consulta às Empresas proprietárias de moinhos de trigo instaladas no Estado de São Paulo se há interesse das mesmas se instalarem no Estado do Paraná, caso contrário, deixar em aberto para que outras Empresas possam instalar novos moinhos no Paraná.
5. abrir crédito especial para instalação de moinhos de trigo a todas as Cooperativas de produção instaladas nas regiões produtoras;
6. conceder cotas às Cooperativas que se mostrarem interessadas na instalação de moinho de trigo até um limite máximo de cinquenta por cento da produção em sua área de ação.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979."

Se isto acontecer, Sr. Presidente, em que as nossas próprias cooperativas pudessem industrializar o seu próprio trigo, produzido e fornecido a estas mesmas cooperativas, pelos associados, por certo, além de estarmos também colaborando para o problema do trabalhador desempregado, de criação de novas indústrias, estaríamos fazendo com que os lucros destes mesmos moinhos que hoje quase todos eles de empresas multinacionais, ao invés de saírem do nosso Estado, e do Brasil para grupos estrangeiros, se revertissem através das cooperativas, para os próprios produtores de trigo associados daquelas cooperativas.

E poderá alguém dizer que talvez seja difícil, porque não há dinheiro suficiente. Mas quanto o Governo deseja, construir a obra, resolver alguns problemas, resolve. Arrumou-se as usinas nucleares neste País; dinheiro para a construção de Itaipu; dinheiro para uma série de obras gigantescas neste País; está se arrumando dinheiro e os jornais de hoje ainda trazem em primeira página que o Ministro Karlos Rischbieter assinará, ainda este mês, em Londres, o empréstimo de um bilhão de dólares para serem aplicados, com juros subsidiados, baixíssimos, à grupos que desejam construir usinas, destilarias de álcool neste País.

Se nós arrumarmos dinheiro para construir usina de que tem a finalidade de encher o tanque do automóvel, por que não arrumar dinheiro para se instalar indústria que tenha a finalidade mais nobre, muito mais importante que não esta, e sim encher o estômago e fazer a pessoa viver, que seria a criação da indústria do trigo nestas cooperativas.

Agradecendo, Sr. Presidente, a oportunidade, por hoje é só.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Lê):

É inegável a presença de uma nova liderança, com força e autoridade morais sem paralelos, nos últimos anos, que se vai fixando na consciência das nações do mundo. Surgiu há um ano, veio de um país tradicionalmente vítima da opressão, despontou numa época marcada por desesperos. É um Líder de vigorosa presença mundial. Um ser humano sem ares angelicais, homem entre os homens, capaz de captar as dores dos homens de seu tempo e fazer sua voz ouvida no concerto das nações, porque ele mesmo é um testemunho vivo das dificuldades de um mundo contraditório.

Um homem entre os homens, fiel intérprete dos que sofrem, dos que anseiam pela paz, dos que buscam justiça social, daqueles que reclamam pelo sagrado direito da liberdade de consciência. Um pregador da concórdia entre as nações, um incansável guerreiro na luta contra toda a horda de mazelas que acabam por coisificar a criatura humana.

Estou falando do Papa João Paulo II.

Falo na condição de Parlamentar, independente de ideologia religiosa, que, como de resto, os cidadãos deste mundo imediato, tão rapidamente entrelaçado pelo poder das telecomunicações, se acostumaram, neste um ano de pontificado de Karol Wojtyła, a vê-lo como um dos mais veneráveis Líderes do século XX.

Negar a João Paulo II sua importância universal seria, no mínimo, um sintoma de alienação, de desconhecimento proposital de uma realidade impressionantemente forte.

As multidões, mesmo das nações onde o catolicismo é religião secundária, como o vimos nos Estados Unidos da América do Norte, não se contentam em vê-lo e ouvi-lo pela televisão, no conforto de suas casas. Vão, isto sim, aos milhões, ocupar os espaços dos parques públicos, dos estádios, ao longo das ruas e estradas, para saudar e recolher os ensinamentos do polonês que o mundo católico acolheu como seu chefe e que o Ocidente e o Leste hoje acatam como autoridade de força moral inquestionável.

Uma autoridade cujo concurso, cuja audiência, é indispensável nas tribunas da ONU e de outros organismos internacionais, nos debates em que pessoalmente, ou através de seus representantes, faz-se presente em defesa da criatura humana.

Um conservador? Um progressista? Impossível qualificá-lo segundo a ótica simplista dos interesses políticos ou até religiosos regionais.

O que impressiona justamente em João Paulo II é sua fidelidade às coisas fundamentais do Evangelho de Cristo, doa a quem doer.

Ora o mundo capitalista, ganha inflamada condenação do pontífice, no que o capitalismo tem de desumano; ora suas investidas são contra os opressores do Leste, um mundo que ele tanto conhece, porque na própria carne sofreu a tortura comunista, juntamente com o seu povo.

João Paulo II conhece também os requintes máximos de maldade a que pode chegar a criatura humana, pois nasceu e viveu na Polônia, próximo dos campos de extermínio nazistas e contra o nazismo resistiu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Move-se neste pronunciamento a intenção de sugerir que o Centro Social Urbano a ser inaugurado em São José dos Pinhais, no próximo dia 29, tenha o nome do Papa João Paulo II. Um mobilizador de massas, um novo condutor da opinião pública internacional, um símbolo de fé e de amor.

E quero fazê-lo, com o grau de importância que terá para o Município de São José a primeira visita oficial de um

Presidente da República, nestes seus 127 anos de existência. A inscrição do nome de personalidade tão marcante, como a de João Paulo II, numa obra social de tamanho vulto, significa a consolidação que representa a liderança espiritual de um homem entre os homens e a obra social que entre os homens de bem deste Paraná é possível realizar com sentido humano e cristão. Apelo, pois, ao Prefeito Moacir Piovezan, para que homenageie João Paulo II, dando o seu nome à obra que o Presidente João Figueiredo inaugura dia 29, em São José dos Pinhais. Ao mesmo tempo, manifestado o meu profundo interesse pela visita de João Paulo II ao Brasil em 1.980, na esperança de que o Paraná seja incluído em seu roteiro de visitas ao nosso País.

"Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado autor do presente, requer à Presidência deste Poder o encaminhamento, em caráter de urgência, do pronunciamento de sua autoria, sugerindo ao Sr. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, seja denominado de "Papa João Paulo II", o Centro Social Urbano a ser inaugurado pelo Sr. Presidente da República, no próximo dia 29, naquele município.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

Devo, desta tribuna, por uma questão de coerência e de gratidão, agradecer os esforços desempenhados pelo Governador do Estado, para que o Presidente João Figueiredo esteja no próximo dia 29, em São José dos Pinhais. Exatamente onde está localizado, o Aeroporto que serve a Curitiba.

Mas em todos esses anos, muitos presidentes desceram em São José e não visitaram o município em caráter oficial.

E se trago este meu pronunciamento neste dia, é porque tenho a ventura e a felicidade de representar aquele município nesta Casa de Leis, depois de uma campanha política das mais memoráveis, em São José dos Pinhais.

Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência, seja encaminhado o teor deste pronunciamento, ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, contendo este apelo e esta nossa sugestão também, porque nesse município reside, habita, vive e trabalha uma das colônias polonesas mais numerosas do Estado do Paraná. E a presença do Presidente da República é, pelo simples fato da figura que representa o homem que comanda esta Nação, importante para todos nós, como importante é consagrarmos numa obra o nome de um grande Líder da Comunidade Internacional, o Papa JOÃO PAULO II.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso de seu horário.

Usará da palavra o nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Lê):

Municipalista por convicção, temos reclamado, desta tribuna, melhor tratamento tributário aos municípios brasileiros, a fim de que seja cumprido, na prática, o preceito constitucional de sua autonomia.

Qualquer pessoa sabe que, a partir do golpe de 1964, a União concentrou em suas mãos a quase totalidade da receita pública, anteriormente dividida também entre os Estados e os municípios.

A centralização tributária acarretou a ditadura financeira, e subjugou os Estados e os municípios, num flagrante desmentido ao regime federativo, apregoado por todas as constituições, desde 1.891.

As comunas brasileiras se empobreceram acentuadamente, e muitas se encontram literalmente às portas da falência. Sobrevivem de teimosas, porque endividadas a mais não poder, e sem

condições de tocar obras e serviços de interesse das respectivas comunidades.

A situação é tanto mais grave e esdrúxula pelo fato de que atribui-se às Prefeituras o ônus de manutenção de repartições públicas e para-estatais da União e do Estado.

Denunciamos, não faz muito tempo, o que ocorre com a Prefeitura de Assis Chateaubriand, obrigada a pagar aluguel para correios e telégrafos, coletorias federal e estadual, professorado, TELEPAR, polícia, etc. etc.

Não basta a despesa própria, já difícil de cobrir, de pagamento do pessoal municipal, iluminação pública, pavimentação de ruas e conservação de pontes e estradas, manutenção de salas de aula, etc., ainda a União e o Estado exploram a Prefeitura de Assis Chateaubriand, como as de todo o Paraná, ao transferirem-lhe despesas, que deveriam ser exclusivamente suas.

Os prefeitos do Brasil inteiro tiveram ocasião, em numerosos congressos nacionais e em encontros com autoridades, de demonstrarem a inviabilidade de suas prefeituras, em crônico regime deficitário, se não houver radical reformulação da legislação tributária. Essa pleiteada reformulação visa carregamento de mais elevadas porcentagens de tributos arrecadados para os cofres dos Estados, e sobretudo, para os dos municípios.

Com grande alarde, vem o Governo Federal de remeter ao Congresso Nacional anteprojeto de lei de reforma tributária. Um simples correr de olhos demonstra, contudo, que é mínima a intenção reformista, e que o povo é quem vai arcar com novos e mais pesados ônus.

Andaram bem os prefeitos, reunidos, na semana passada em Londrina, ao se revoltarem contra o injusto e insustentável estado de coisas. O teor das proposições levadas ao Plenário comprova o grau de desespero em que se encontram os prefeitos, de mãos amarradas para a execução de quaisquer planos administrativos. Constrange-os e traumatiza esse impedimento. Querem lutar pelo povo, pelo desenvolvimento do seu município, e tudo tem de ficar apenas na boa intenção, em virtude da absoluta falta de recursos financeiros.

Uma das proposições visou a suspensão imediata do custeio, pelas prefeituras, de pessoal, prédios e combustível para órgãos do Estado e da União, e para sociedades de Economia Mista, como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a TELEPAR.

Essa atitude há de compelir as autoridades estaduais e federais a se responsabilizarem pelos gastos com os serviços de sua exclusiva competência.

Propôs-se igualmente a realização de marcha sobre Brasília de todos os Prefeitos do País, a fim de exporem ao Chefe da Nação o quadro de dificuldades existente, e a fim de pleitearem revisão adequada da legislação tributária em vigor, para que seja concedido maior alívio financeiro às prefeituras.

Mais significativa de todas foi, porém, a proposta de renúncia coletiva de todos os Prefeitos do País, em sinal de protesto contra o regime vigente na tributação, em que a União fica com quase tudo, e em que distribui apenas migalhas aos Estados e aos municípios, num flagrante atentado à Constituição Federal, por ferir a proclamada autonomia estadual e municipal.

É preciso que vingue a idéia da renúncia coletiva, pois só assim, Brasília deverá sensibilizar-se com o drama pungente das prefeituras.

Os prefeitos se recusam a ser meros gerentes de uma empresa próspera como é a União, por apoderar-se dos recursos, provenientes de impostos, que pertencem, de todo direito, ao povo que trabalha e que merece maior consideração dos Poderes Públicos.

Esperamos que seja discutida e aceita a inspirada idéia de renúncia no encontro do dia 20 próximo, em Cascavel, quan-

do os Prefeitos do Oeste Paranaense irão analisar o problema da reforma tributária.

O nosso total apoio ao município, e o nosso total repúdio à espoliação, calcada no regime de força, que o Governo Federal vem praticando. Se a própria Constituição vem sendo flagrantemente desrespeitada, como exigir o respeito às outras leis neste Brasil infeliz?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 113/79 - (Mens. Govern. n.º 111/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 113/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 114/79 - (Mens. Govern. n.º 119/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 114/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 115/79 - (Mens. Govern. n.º 120/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 115/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
DEL CIEL, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 116/79 - (Mens. Govern. n.º 123/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 116/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 13 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 117/79 - (Mens. Govern. n.º 125/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 117/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07

de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 118/79 - (Mens. Govern. n.º 141/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 118/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 119/79 - (Mens. Govern. n.º 106/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 119/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 120/79 - (Mens. Govern. n.º 118/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranavaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste

do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 120/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranavaí, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 121/79 - (Mens. Govern. n.º 122/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, que objetiva a execução de obras de combate da erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 121/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 65/79), que objetiva transformar em Verba de Representação, a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.F., C.R.H. e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/79 - Mensagem Governamental n.º 115/79, que aprova Proposta do Orçamento Anual do Estado, para o exercício financeiro de 1.980. Parecer FAVORÁVEL da C.O., publicado em avulso.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 129/79), que dispõe sobre reservas de terrenos devolutos em zonas urbanas, para que mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia, de-lhes as finalidades que aqui especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade

Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Primeiro de Maio - Paraná, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Centro de Recreação Tia Izaura", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional — NEECE", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/78 - de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que dá nova redação ao Artigo Terceiro e seus incisos de I e II, da Lei n.º 4556, de 13/03/62, já alterada pelo Artigo quarto, da Lei n.º 5182, de 17/11/65 (que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Piriquitos). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.

Ao referido projeto, Emenda de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, devidamente apoiada, no seguinte teor:

#### "EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 38/78

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de Piriquitos, no Município de Ponta Grossa - mantidas as divisas do Distrito Judiciário e a atual sede - passa a ter as seguintes divisas:

##### — Com a Sede:

Inicia na confluência do Rio Tibagi com o Rio Taquari, subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do Rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz do Rio Pitangui, descendo pelo último até o Rio Tibagi, subindo por este até a foz do Arroio Barbados e por este até o Arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do Arroio Taquarussu, no Arroio Campo da Bocafna, subindo o Taquarussu até a sua cabeceira, seguindo por linha seca e reta até a sua cabeceira do Rio Conchas e, por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo Rio Tibagi.

##### II — Com o Distrito de Uvaia:

Inicia na confluência do Rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Taquarussu, descendo o mesmo até sua foz no Arroio Campo da Bocafna, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Casa Branca, por este e pelo Arroio Barbados até o Rio Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

Apoio: Fuad Nacli, Werner Wandere, João Mansur, Jurandir Messias, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 38/78, tem por fim extirpar do mesmo, o vício de inconstitucionalidade contido na expressão "Judiciário", eis que a alteração de divisas de Distrito Judiciário é iniciativa reservada exclusivamente ao Tribunal de Justiça (Art. 91 da C. Estadual).

**Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/77 - de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que veda aposentadoria com menos de 5 (cinco) anos de investidura no cargo, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI No. 158/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica vedada a aposentadoria, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, antes de completarem 5 (cinco) anos de efetivo e permanente exercício no cargo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, queremos ressaltar as constantes críticas por que passam os integrantes do órgão, cuja função vem a ser de fiscalizar a aplicação do dinheiro público em nosso Estado, acoimados de serem apresentados com cargos junto ao Tribunal de Contas, visando, exclusivamente, polpu das aposentadorias.

É no interesse do Estado, que o Tribunal de Contas fique isento de quaisquer críticas, já que as altas funções que lhe são afetas, assim o exigem. Os seus membros, devem ser resguardados de críticas, a fim de não serem atingidos levemente e desta forma carrearem outros interesses, que não os de bem comum, quando exercitam as nobres funções de fiscalizadores da aplicação do dinheiro público. Se fatos criticáveis e pouco recomendáveis foram praticados neste sentido no passado, é necessário que para o futuro não mais se repitam.

O Estado de São Paulo, já adotou medida idêntica, através Lei no. 10.397, de 28 de dezembro de 1970, conforme cópias anexas. A vigência da mesma, é atestada ainda pelo ofício datado de 26 de outubro pp., firmado pelo Deputado Robson Marinho, líder do MDB na Assembléia Legislativa do vizinho Estado.

Por ser medida salutar, esperamos receber o apoio e a aprovação desta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 158/77

#### PARECER

— É altamente esclarecedora a justificativa com que o nobre Deputado Antônio Facci completa e elucida os propósitos do projeto em exame. Trata-se de medida moralizadora e preventiva de uma prática que, pouco freqüente nos dias que correm, já foi rotineira em época não muito distante.

— Além disso, a proibição de aposentadoria com menos de cinco anos de exercício no cargo não só poupa os nobres Conselheiros de duras críticas, antes tão irrefutáveis, como preserva o próprio Tribunal de Contas de juízos menos lisonjeiros.

—São expressivas, também, as peças com que o autor ilustra sua proposição: projeto de lei votado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, resultando na Lei n.º 10.397, que proíbe, também no vizinho Estado, que Conselheiros se aposentem com menos de cinco anos de exercício no cargo. E se assim procede a nossa principal unidade federativa, é de se

imaginar que também em outros Estados já tenham vigência leis assemelhadas.

— Não localizamos nos textos legais disposições que obstaculizem a apresentação e apreciação do projeto nesta Casa, razão por que a ele damos nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO

Embora a criteriosa justificativa do nobre Deputado Antônio Facci, parece-nos que já há muito o egrégio Tribunal de Contas do Estado não tem dado ensejo a que Conselheiros sejam aposentados com reduzido tempo de exercício a fim de permitir a nomeação de outro.

Assim, com todo o respeito ao eminente autor, entendemos que a medida proposta seria dispensável no momento em relação ao referido órgão fiscalizador.

Sala das Comissões, em

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 158/77

## PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, o projeto intenta vedar a aposentadoria com menos de cinco anos de investidura no cargo, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável, por entender que a proibição de aposentadoria com menos de cinco anos de exercício no cargo, não só poupa os nobres Conselheiros de duras críticas, antes tão irrefutáveis, como preserva o próprio Tribunal de Contas de juízos menos lisonjeiros.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, FAVORAVELMENTE ao mesmo.

Nestas condições, pela sua APROVAÇÃO é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ledioneta de Barros, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fale-

cimento do General Gastão Pereira Cordeiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 25.º aniversário de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo o envio de um Delegado Especial ao Município de Iretama, a fim de acompanhar inquérito referente ao assassinato de policiais naquela localidade.— Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicito encaminhamento de votação, para esclarecer o que a mim parece verdadeiro. O ilustre Deputado Darcy Deitos, autor deste requerimento, pedindo a designação de um delegado especial para instaurar o inquérito ocorrido no Município de Iretama, naturalmente se dá em função da ausência do ilustre Deputado, nos últimos dias, dos acontecimentos da nossa região.

Este tema já foi, nesta Casa, discutido e levantado pelo ilustre Deputado Antônio Facci, que falou em pequeno expediente e eu também apresentei um relatório do que sabia sobre o caso. O pedido de requerimento do ilustre Deputado Darcy Deitos pedindo delegado especial para instaurar este inquérito, eu já vejo razão de ser em virtude do inquérito, do caso ocorrido em Iretama já estar concluído, relatado e encaminhado à Justiça.

Hoje já não pode mais ser denominado inquérito, mas sim uma ação judicial. O Delegado especial que é solicitado neste requerimento já foi designado. O inquérito foi instaurado por um delegado especial, Delegado da Circunscrição de Campo Mourão, cujo inquérito eu já falei da tribuna e reafirmo agora, foi acompanhado pelo Promotor Público da Justiça de Campo Mourão. Esse inquérito já se encontra agora concluído, repito e encaminhado à Justiça. Portanto, o requerimento formulado pelo ilustre Deputado, não tem o meu apoio, não por negar o Delegado especial, mas por entender que já não há mais razão de designação de delegado para um inquérito que já não existe mais.

Por isso o meu voto é contra e razão de designação de um delegado para um inquérito que já não existe mais.

Por isto meu voto é contra e peço aos Companheiros de minha bancada e da outra bancada que se assim entenderem, votem contra este requerimento, pois ele não tem mais razão de existir.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A posição do Deputado Augusto Carneiro não estranha a este Deputado e tampouco estranharia se não tivesse que ausentar-se, para acompanhar o movimento grevista nesta cidade, o Deputado Darcy Deitos.

Mesmo porque na Legislatura passada, quando apresentamos, nesta Casa, um pedido para que fosse substituído o Delegado de Polícia da Cidade de Iretama, em vista dos constantes crimes que ocorriam naquela localidade sem solução, o ilustre Deputado Augusto Carneiro votou contra e levou sua bancada à isto. No início desta Legislatura, o Deputado Darcy



Deitos apresentou um requerimento do mesmo teor, também levado pelo encaminhamento do Deputado Augusto Carneiro, a bancada da ARENA votou contrariamente.

E os crimes em Iretama continuam a ocorrer com a mesma frequência. Estive, neste final de semana, em contato com amigos daquela localidade, e me comunicavam que um outro assassinato ocorreu naquela região, do Sr. João Urbanski, que foi tocado, morto a tiros pelas costas, sem que se encontre os assassinos.

É comum naquela região isto ocorrer. E continua insistentemente, não entendo porque, o Deputado Augusto Carneiro, a dizer que não é necessário um sistema melhor de segurança naquela região.

Rejeitar este requerimento é o mesmo que dizer que estes crimes devem continuar insolúveis.

O pedido que o Deputado Darcy Deitos está fazendo, é porque sabemos e não tenho esta informação até agora, se os assassinos dos dois policiais estão ou não presos, continuam à solta, se o envolvimento do Sr. Prefeito que segundo testemunhas oculares, não estou afirmando isto, mas segundo testemunhas, levou em sua viatura os assassinos até o posto telefônico, para praticar este horrendo assassinato.

E continuam a dizer que o Prefeito nada tem com isto. Parece-me que neste Estado, tendo um cargo político, principalmente de Prefeito Municipal, pode-se mandar matar à vontade e que nada acontece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode continuar o Paraná a ser manchete nacional, por ver seus mandatários municipais envolvidos em crime de morte. E não pode esta Casa rejeitar requerimentos, apenas porque ferem susceptibilidades de dois Deputados que disputam a mesma área. Tive a felicidade, por duas eleições, de ser relativamente bem votado em Iretama. Em 74 fui o mais votado de todos os candidatos que lá disputaram. Em 78 disputei com o Deputado Darcy Deitos a mesma área, recebendo a segunda colocação. E estou nesta oportunidade indignado com a posição do Sr. Deputado Augusto Carneiro, em não admitir nunca que se fale, nesta Casa, que o serviço de Segurança Pública do Município de Iretama é falho, como por sinal é falho em muitos municípios deste Estado.

Não podemos admitir, vou repetir, que isto continue a acontecer. Nós estamos a ver crimes todos os dias ocorrendo, e só não são manchetes porque são num pequeno município, é numa pequena comunidade que não dispõe de rádio; não dispõe de jornal; são pequenos agricultores que perdem a vida; são trabalhadores rurais que não têm a segurança de sequer ir ao comércio e quando para lá mandam um policial, matam os policiais.

Se nesta Casa tivesse chegado a notícia de que algum policial tivesse assassinado um civil, todos estavam aqui revoltados.

Mas o policial é um chefe de família, igual ao civil, que está cumprindo o dever e ganha tão pouco, como qualquer operário. Não pode de maneira alguma ser tratado de maneira diferente.

Se há necessidade de se apurarem crimes que se cometeram contra civis, é preciso também que se respeite a vida dos militares, principalmente dos soldados que ganham quatro mil e poucos cruzeiros por mês, e arriscam a vida diariamente, e há até uma emenda Constitucional de nossa autoria, a tramitar nesta Casa, para que se dê novamente o risco de vida, aos policiais militares.

Não pode, em época nenhuma, a Assembléia Legislativa do Paraná, prestar-se apenas, como disse, numas pequenas brigas de dois Deputados em uma comunidade e votar contra quando quer se apurar efetivamente quem fez e quem mandou fazer os crimes.

Era isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. PAULO CAMARGO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deve haver algum equívoco do nosso caro Colega e amigo, Deputado Facci, porque no caso de Iretama, estou informado, de que para o inquérito, foi pedido um delegado especial, nesse requerimento que o Deputado Darcy Deitos fez e já foi designado.

Com o afastamento do antigo Delegado de Iretama. E esse delegado fez o processo, terminou e o encaminhou à Justiça.

Entretanto, Srs. Deputados, é de fato, Iretama um foco de instabilidade social e um ninho de criminosos. De fato o Delegado Civil que lá prestou serviço durante algum tempo, apesar de ser um homem probo, nunca teve força bastante para conter o banditismo naquela região. E por essa razão, atualmente, está na delegacia daquele município um militar, que já assumiu há aproximadamente duas semanas.

Era isso que queria esclarecer ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Continua em votação).

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Augusto Carneiro disse que o Deputado Darcy Deitos talvez estivesse longe da verdade nas suas palavras, por ter se ausentado da região. Mas nós sabemos que o Deputado Darcy Deitos está permanentemente ao par dos assentos, não só de Iretama mas de toda a região que ele representa. E, nesse momento, ele não se faz presente aqui, porque talvez esteja fazendo alguma coisa mais importante do que aquilo que nós estamos fazendo; neste momento, porque ele se encontra nas ruas de Curitiba, onde grevistas, os "bóias-frias" da construção civil, estão reivindicando melhores condições de vida e de salários. É este o motivo da ausência do Deputado Darcy Deitos. Está lá, na prática, juntamente com quase todos os companheiros do MDB, dando a sua solidariedade ali, ombro a ombro a esses irmãos nossos que estão sendo explorados por este regime capitalista selvagem, instalado nesta Nação.

Quero deixar também o meu protesto em relação ao comportamento de alguns Deputados que, quando os Deputados do MDB, cobram, providências do Governo, acham argumentos no fundo do baú, para dizer que as coisas já estão resolvidas. E os crimes continuam a ser praticados neste Paraná, algumas vezes por policiais outras vezes contra os policiais. Mas isso depõe contra a própria estrutura do Governo do Estado, que no meu entendimento, não está se fazendo de maneira presente e eficaz, para por cobro a essa situação.

E nós estranhamos, porque achamos que nada daquilo que está em excesso, possa prejudicar, por que não somar, compreender o espírito do requerimento do Deputado Darcy Deitos?

Não sei o dia em que ele fez esse requerimento; não sei se naquele exato momento o delegado especial já estava designado pelo Governador do Estado. Mas é preciso que esta Assembléia, de uma vez por todas, tome sempre o caminho mais fácil da justiça, da liberdade, da democracia, somando-se Parlamentares da ARENA e do MDB, para apuração desses fatos vergonhosos.

Basta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que alguém tenha meia dúzia de votos no interior, para que ele encontre aqui nesta Casa, de alguns Deputados, guarida para todo e qualquer ato que possa vir a praticar, seja ele, como neste caso que temos quase certeza, pelo depoimento de moradores de Iretama, de que o Sr. Prefeito Municipal tem culpa no cartório, está envolvido neste lamentável episódio.

Sr. Presidente, usei da palavra para dizer, porque no

momento em que Vossa Excelência colocou em discussão esse projeto de lei, tive a minha atenção voltada para outro assunto, e não pude atender o pedido que o Deputado Darcy Deitos fez ao retirar da Assembléia, para que este pedido dele, através desse requerimento, ficasse em discussão, porque ele gostaria de, amanhã, aqui, alinhar uma série de argumentos em favor desse requerimento que ele fez.

Se possível, Sr. Presidente, gostaria, se amparo tivesse no Regimento da Casa, que esse requerimento fosse retirado, para ser discutido amanhã, porque querem muitos aqui que cruzemos os braços, mas nós não vamos ficar de braços cruzados.

Chega, Sr. Presidente, de tolerarmos certas coisas que não podemos mais tolerar. Inclusive, era de nossa intenção, hoje mesmo ou amanhã, ocupar esta tribuna para fazer algumas denúncias de alguns funcionários subalternos do Governo, dizendo que só Deputados da ARENA serão atendidos nesta ou naquela Secretaria, esquecendo-se que, na hora de se receber os impostos, ninguém do Governo do Estado pergunta se o imposto foi pago por eleitor do MDB ou da ARENA. Mas, na hora de se dar atendimento a algum miserável do interior, que trabalhou a vida inteira e está morrendo de fome, encontramos um imbecil qualquer, um tecnoburocrata a dizer que sómente dará atendimento aos Srs. Deputados da ARENA.

Os próprios Deputados da ARENA, em defesa da própria honorabilidade dos mesmos, deveriam combater esse comportamento sujo de elementos que estão denegrindo o governo do Sr. Ney Braga.

E nós, ao longo desse tempo todo, temos procurado, em conversa com muitos Deputados da ARENA, que merecem a maior atenção e o maior respeito, para fazer com que esse comportamento, indecente, seja sepultado no lixo.

Mas, os fatos se avolumam e é dever daqueles que sabem desses comportamentos, tomarem uma posição de coerência, de dignidade. E é esse o comportamento que espero da valorosa bancada da ARENA, nesta Assembléia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).  
Sr. Presidente.

Escutamos o nobre Deputado da Oposição, homem digno, nosso Companheiro. Agora, ele está misturando - como dizia o nosso companheiro Alencar Furtado - "Caçada de tatu com serenata".

Se ele quiser ver comportamento que veja no Rio, onde Chagas Freitas manda e os Deputados da ARENA são martinalizados, nos problemas não de ética mas, de sobrevivência. E não se mistura "alhos com bugalhos".

Porisso, com todo o respeito que temos pela bancada do MDB não vamos admitir aqui que um requerimento destes seja aprovado.

Porque, temos confiança no Governador do Estado e na sua equipe de trabalho, principalmente no Secretário de Segurança que há de trazer luz aos gatos, como disseram os Deputados Augusto Carneiro e Paulo Camargo.

Agora, não estamos aqui para escutar baboseiras, para escutar tiradas demagógicas dos homens que estão insuflando os coitados do interior. E, hoje, estão insuflando os homens que deveriam ter algum amparo. Mas, até hoje, ninguém deu entrada, aqui, a um projeto, a um requerimento para amparar os homens que estão lá na rua, para reivindicarem melhores salários.

A nossa obrigação é tentarmos uma saída honrosa e cristã, não a saída dos homens que deixam de cumprir com suas obrigações, aqui, na Assembléia, e estão insuflando as massas menos esclarecidas.

Estão insuflando os homens de mãos calosas que há de saber a verdade, não de saber separar "o joio do trigo",

e não de evitar que o País vire numa baderna como antes de 1964.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).  
Sr. Presidente.

Apenas para justificar o comportamento da bancada, na votação do requerimento que está em votação neste momento.

Mas, antes de declarar o nosso voto, queremos dizer que a bancada arenista, nesta Casa, não aceita as colocações feitas pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi, quando diz que o nobre Deputado Darcy Deitos está desempenhando um papel mais importante do que os Deputados que estão neste Plenário, hoje, indo às ruas participar de uma greve de trabalhadores, que não compete aos Membros do Poder Legislativo, a intromissão.

Existe, Sr. Presidente, a Justiça do Trabalho.

Existe, Sr. Presidente, os Sindicatos de Classe que têm desenvolvido todas as pendências a contento.

Ainda agora tivemos a greve dos metalúrgicos.

Pretendeu-se, demagogicamente, aqui, inclusive a Igreja pretendeu, jogar a Assembléia Legislativa contra a classe patronal, no episódio da greve dos metalúrgicos.

E o que se viu foi um acordo, sem a interferência do Poder Legislativo que é incompetente em questões dessa natureza.

E não estamos aqui, Sr. Presidente, defendendo o capitalismo selvagem. Absolutamente. Como não defendemos o socialismo e nem o comunismo. Porque, na época da Revolução de Ferro, nos países socialistas, o homem também vende a sua força de trabalho; o homem também é escravo que luta por salários. E lá ninguém pode abrir a boca, porque senão vai para a parede.

Aqui, a Oposição fala em...  
...fala-se o que bem entende. E nós escutamos calados. O Governo escuta calado. Vá falar isso em Cuba, vá falar em Varsóvia! Os húngaros quando quiseram promover a sua independência foram esmagados, pelos tanques comunistas, nas ruas de Budapeste.

São episódios que poucos lembram, quando se pretende aqui, subrepticamente, nos levar pelos descaminhos de um socialismo - este, sim, selvagem - pelos caminhos de uma ditadura de esquerda - esta, sim, desumana.

Sr. Presidente, vamos votar contrariamente ao requerimento, porque nos merecem crédito as afirmações dos nobres Deputados Augusto Carneiro e, principalmente, deste nobre Deputado que tanto honra a Assembléia Legislativa do Paraná, que é o nobre Deputado Paulo Camargo, a quem nós prestamos o tributo de nosso respeito. Quando um homem desses vem, e diz à Casa, que a Secretaria da Segurança já tomou as providências cabíveis ao caso, não serão as palavras inflamadas do nobre Deputado Waldyr Pugliesi que nos levará a descrer das afirmações de um Deputado que tem demonstrado, no correr de sua vida legislativa, principalmente, respeito pelos seus Pares, coerência em suas atitudes.

Votaremos contrariamente ao requerimento. Votaríamos favoravelmente, não fossem as explicações que recebemos hoje dos dois Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional. Mas aqui não se trata de...  
...apenas, de se fazer justiça, apenas de coerência, apenas de bom senso. Por isto nós vamos votar contrariamente ao requerimento do nobre Deputado Mário Celso em que ele questiona o Sr. Secretário da Educação, sobre anuidades escolares de estabelecimentos particulares, esquecido de que existe uma Comissão Interministerial de Preços, competente para a fixação desses preços. Um Deputado com assento num Poder

Legislativo de uma Casa de Leis, não pode desconhecer que, quem fixa os preços das anuidades escolares para todo o País e a quem compete fiscalizar, é a Comissão Interministerial de Preços que fixa, e a SUNAB, fiscaliza. Enderece, Sua Excelência, o requerimento, à SUNAB, que nós o apoiaremos com prazer, mas, jamais ao Sr. Secretário da Educação que não tem nada - como diz o nobre Deputado Gabriel Manoel - "não tem nada a ver, alhos com bugalhos".

O SR. LINEU TURRA -- (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhar, ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós também não concordamos com as colocações que são feitas inclusive pelo nobre Líder Erondy Silvério a quem muito respeitamos, porque, quando ele diz que aqui deste lado está a sustentação da esquerda, nós também não concordamos com isto, porque, também queremos dizer que, do lado de lá, quando se acusa a esquerda, está se sustentando...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, por favor, pela ordem, apenas, para corrigir o que não foi dito aqui. Não disse que "do lado de lá", disse apenas, que, "as afirmações do orador que se encontrava na tribuna nos levavam, subrepticiamente, a crer que ele pretendia nos conduzir para outros caminhos que não os da democracia.

O SR. LINEU TURRA — Talvez seja uma questão de semântica, Sr. Presidente, mas a verdade é que vem a dar na mesma coisa. Se ele diz que é o Deputado do lado de cá que sustenta posições de esquerda, é evidente que ele está se referindo à bancada da Oposição. Mas do lado de lá, Sr. Presidente, está a sustentação da direita, que é a mesma coisa! Nós não sustentamos nem esquerda, nem direita, nós sustentamos, um direito do povo, e direito, não tem esquerda nem direita, direito está no meio, está com a justiça. Agora, Sr. Presidente, a posição dos Deputados do MDB que estão lá, que desconheço mas, segundo afirmações dos Deputados Erondy Silvério e Gabriel Manoel, que estão lá participando e dando as suas presenças nessa manifestação...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, peço que Vossa Excelência me assegure a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não falte com a verdade!

O SR. LINEU TURRA — Estou falando a verdade, é aquilo que ouvi neste plenário!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência é um mentiroso!

(A presidência faz soar os tímpanos)

O SR. LINEU TURRA — Estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não falte com a verdade, leia as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

Com a palavra, o nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Os Deputados que lá estiveram, não estiveram fazendo mais do que, dar a sua solidariedade para um direito legítimo que é o direito de defender o direito dos trabalhadores se posicionarem, na defesa da sua sobrevivência e da sua família. Não existe nada mais, nada menos do que isto. Os Deputados do MDB não estão insuflando greves, as greves estão sendo insufladas pela artimanha do próprio regime que nós estamos vivendo, é consequência desta ditadura miserável que se implantou neste País, e que está aí com aquele miserável "pacote de abril" de 77 e esta famigerada reforma partidária que não é reforma, mas, é uma hipocrisia de um Governo que não merece o respeito do povo brasileiro.

E como é que se pede o respeito a um Governo que ele próprio não se respeita? Como é que um Governo que não respeita o povo pode ser respeitado? Pelo simples fato de um Deputado nesta Casa, pedir a presença de um Delegado especial para dirigir um inquérito num município onde se constituiu um crime bárbaro, pelo simples fato de se pedir um delegado especial para conduzir um inquérito com imparcialidade, para que não venha transparecer no espírito do povo de que não se fez justiça para um crime hediondo cometido contra dois policiais, a quem nós também queremos defender, porque são povo como nós, e como é que se vem acusar um Deputado que se não está aqui agora, é porque realmente está em missão importante, como eu, se não tivesse outros afazeres estaria, porque não tenho medo de "arreganho" de ninguém. Quem pensar nisso, pode se arreganhar para mim, porque não tenho medo.

O fato é, Sr. Presidente, que esta Casa está se arrastando, esta Casa não tem topete para se posicionar, esta Casa digna do respeito do povo e do voto que recebeu, mas estamos aqui para defender o povo e continuaremos no nosso voto para defender o povo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa não viu o Regimento Interno ferido, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente.

Não deveria falar no encaminhamento de votação este requerimento, depois de haver pronunciado, o nosso eminente Líder, Deputado Erondy Silvério, mas vejo-me na obrigação, neste caso, porque conheço bem Iretama. Também participei, e não fiz meia dúzia de votos. Na eleição de Prefeito, fui e ajudei na campanha. Passadas as eleições, falei com o Prefeito quando chegou a eleição para Deputado, deixei-o completamente à vontade para escolher o Deputado mais próximo da sua região e teve ele a felicidade de escolher o eminente Deputado Augusto Carneiro, para representar aquele município, mas conhecendo e procurando me inteirar do problema que surgiu em Iretama, quando se pede, neste requerimento, um Delegado especial, e sabendo de que o inquérito já foi concluído, feito por um Delegado especial, Delegado adjunto de Campo Mourão, que foi presidir esse inquérito. Depois, quando dizemos que se faz demagogia, às vezes, querem revoltar-se. Há poucos dias, tinha um requerimento em que pedia a instalação de um posto do Banco do Brasil em alguns municípios da minha região, depois que já estava aprovado.

Agora o inquérito já está concluído e um requerimento. Para que este requerimento? Para depois levarem a Iretama e dizer que o Deputado pediu um Delegado especial, quando o Delegado especial foi mandado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, porque lá se faz a segurança com a maior lisura.

Conheço a integridade e o trabalho que vem desempenhando o Prefeito daquela cidade, que está fazendo uma administração a contento do povo, mas quando o povo se pronunciava há poucos dias e pedia-se a aprovação de um requerimento sem a menor importância, que era, pedindo a construção de uma ponte, para depois, que o Deputado da ARENA que foi à Secretaria, insistiu e lutou para iniciar a construção de uma ponte, para mandar um delegado especial para instalar a agência de um posto, aí se pede um requerimento, para dizer: "Eu pedi", através do requerimento. É pura demagogia e nós não poderemos compactuar, por isso, votamos também, contra esse requerimento, mas Sr. Presidente, nós sabemos também a maneira como o Governo tem atendido, não só a Situação, mas também à Oposição. Se a Oposição não procura a Secretaria, nós não

temos culpa.

Saí agora há pouco, de uma reunião em Jandaia do Sul, lá onde participava também o Prefeito do MDB, e por sinal, o Prefeito que foi pedir, e fazer um pedido quase que pessoal ao Secretário e foi atendido. Um Prefeito da Oposição, o único da minha região foi falar com o Secretário e foi atendido.

Então quando não se atende, é porque não se procura, porque o Governo tem procurado atender a todos os paranaenses, fazendo uma administração para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (FABIANO BRAGA CÔRTEZ) : — Em votação..

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ. (Para encaminhar). Sr. Presidente.

Nós ouvimos as palavras do nobre Líder da Arena, Deputado Erondy Silvério, e entendo que é hora de se falar neste País, de se criticar determinados regimes, determinados sistemas, porque todo o regime que olha o bem estar de seu povo, que ampara o seu povo, seja o Socialismo, Marxismo, ou Comunismo, este regime deve ser respeitado.

Entendo que já passou o momento, neste País, daquela estória de que comunista come criancinha, de que comunista rouba dos pobres, acho que este momento já passou neste País. Temos que analisar por outros ângulos, observar e analisar profundamente todos os tipos de regimes implantados no nosso mundo, porque esta indústria do anticomunismo, esta indústria contra o socialismo, nasce nos laboratórios do nosso Governo, tendo na frente, como porta-estandarte, os Extremistas de Direita. E o maior exemplo que não se pode combater, como se faz nesta Casa, se criticando os outros sistemas, os outros regimes, daria uma pequena ilha encravada na América Central, que serve de exemplo para o mundo. O que é desgraça maior, o Socialismo ou Capitalismo?

O Capitalismo aqui no Brasil, que abra as portas para as multinacionais sufoca o livre direito do trabalhador? Ou o Socialismo de Cuba, onde a assistência médica é gratuita em todos os níveis, onde a escola é gratuita em todos os níveis, com comida, com sapato, com roupa e com material escolar, onde o transporte será gratuito a partir do ano que vem, onde os estádios e ginásios de futebol e de esportes, ninguém paga ingressos para ver uma partida de futebol ou competição de ginástica?

Qual é a desgraça, é o Capitalismo ou Socialismo?

Exige-se um pouco mais de respeito para os outros regimes, para os outros sistemas, que amparam e dão cobertura ao povo. Está aí o exemplo de Cuba para quem quiser ver. Só um leigo, um idiota, um bucéfalo, é que não vê que este Capitalismo aqui no País, é que sufoca e que cria cinquenta milhões de pessoas passando fome, necessitadas. Vamos ver um pouco mais, vamos nos atualizar um pouco mais nos outros regimes do mundo e vamos respeitar aqueles regimes que respeitam o povo.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO. — (Para encaminhar). Nobre Deputado.

Presidente desta Assembléia.

Já não é mais surpresa para os representantes do povo, nesta Casa de Leis, o que já de algum tempo esperávamos no arrojo o verdadeiro desabafo. Entendia já nas entrelinhas de vários pronunciamentos do Deputado que me antecedeu, que num dia e neste Poder, nós haveríamos de ouvir o que ouvimos hoje.

Sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este dia e esta hora foram muito mais breves do que se pensava.

O SR. FIORI LUIZ. — É a abertura, Sr. Deputado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO. Sr. Presidente, quero também nesta tarde memorável, da democracia brasileira, deixar cravadas bem profundamente as minhas palavras, de que alimento, conforto, se dá também aos porcos no chiqueiro. Mas deles se tira aquilo que não se pode tirar do homem, que é a liberdade.

V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Deputado, ser porco em Cuba, mas não vai ser porco enquanto houver liberdade e democracia que permite até mesmo um homem como V. Ex<sup>a</sup>, com estes princípios, desabonadores, até mesmo para os nossos filhos, nas raízes cristãs de nosso País, vir, nesta tarde, abusando do poder que o povo lhe permitiu, já se falar em comunismo, da forma que V. Ex<sup>a</sup> usou e abusou nesta tarde.

É neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes um País democrático, um País continente, deve fechar as portas para brasileiros entreguistas e comunistas como este que me antecedeu na tribuna.

Sr. Presidente, quero deixar aqui minhas palavras, que jamais em momento nenhum haverei de me calar, em defesa do povo que me deu a palavra. Para dizer, que haverei, como Democrata que sou, e como cristão, de lutar até a minha última gota de sangue, em defesa daquilo, que só Deus pode tirar do homem, que é a liberdade.

Muito Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo aos nobres Deputados, que se atenham no encaminhamento da votação, ao teor do requerimento subscrito pelo Deputado Darcy Deitos.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação)

Gostaria de fazer um apelo aos nobres Pares desta Casa, para que, ao aprovar em requerimentos se atenham somente a eles requerimento e não às cores partidárias ou ideológicas. Porque esse Parlamentar que ouviu há pouco referências à Democracia, já teve vários pedidos insignificantes, recusados, simplesmente por questões de cor partidária.

Então, já se admite que há democracia neste País, acredito que este requerimento também não terá dificuldade nenhuma, em receber a nossa aprovação, sem maiores discussões, sem alterações. Acredito que se existe democracia, haverei de ver agora, esse requerimento, que atende a uma questão de Justiça, que está colocando como prioritário, a questão do povo de Campo Mourão, que ele haverá de receber também da augusta bancada da ARENA, a aprovação em nome da mesma democracia com a qual nós nos permitimos admirar, comparar, regimes que às vezes não professam a mesma fé, nossa, sem no entanto dizer que nós nos comprometemos com ela. Mas podemos admirar e tirar de bom o que existia, inclusive no regime de Hitler; podemos tirar de bom também o que existia no regime da ditadura implantada no Brasil; sem no entanto nos comprometermos totalmente com ela. Isto é democracia, isto é liberdade. Isso é pensar com liberdade e com democracia. Seria isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS. — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos, na data de ontem, um requerimento, que encaminhármos a esta Casa, solicitando um delegado especial, para acompanhar a conclusão do inquérito, do assassinato cometido em Iretama, de dois Policiais Militares. Talvez o fato que nos levou a requerer este delegado especial, não que estejamos desconfiando da lisura e da condução do inquérito que está sendo realizado na Delegacia de Campo Mourão. Mas, prende-se ao fato de que, por ser dois homens do povo e que a

nossa missão aqui nesta Casa, é para defender o povo, fizemos porque na última semana quando estivemos em Iretama, soube-mos e falamos com duas testemunhas oculares do crime ocorrido no último dia 5, e que os dois assassinos que foram até à telefônica, naquele município, para matar os dois policiais, foram conduzidos pelo Prefeito daquele município, que, juntamente com seu filho, levou os dois assassinos até à frente da telefônica.

Desceram e assassinaram os policiais e, em seguida fugiram com o veículo em que chegaram, o qual é de propriedade do Sr. Prefeito Municipal. Isto foi confirmado por duas testemunhas que depuseram no batalhão em Campo Mourão, perante a promotoria pública.

Estive naquela comuna, vi a intraquilidade daquele município, onde, com quem você falava, dizia que ninguém mais tem segurança. E isso prende-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque anteriormente aqui nesta Casa, fizemos um requerimento em que solicitávamos que o delegado, que era nomeado lá que estava à testa do município há mais de oito anos, não tinha lisura, não tinha competência para conduzir a segurança daquele povo, e o nosso requerimento, naquela oportunidade, foi rejeitado pela maioria situacionista desta Casa.

Confirmando a nossa intranquilidade, dois policiais que, inclusive, estavam a serviço, sob o comando daquele incompetente, foram mortos, que hoje já é demissionário naquela região — não sei quem ainda, foi nomeado mas, solicitamos fazendo um apelo para que esta Casa aprove, e para que lá seja remetido um delegado especial, a fim de que não ocorram fatos como todo o Paraná tem conhecimento, dos que ocorreram em Cascavel, e até hoje ficaram sem explicações plausíveis para o para e o Brasil.

Porisso, Sr. Presidente, pedimos e apelamos para que esta Casa aprove este requerimento, porque se ninguém tem culpa no cartório, o porquê da não remessa de um delegado especial. Qual o medo? Qual o medo que talvez vá o Prefeito lá ter culpa? Não sou eu que digo não, é a população de Iretama que disse e necessita de uma explicação plausível para que os fatos sejam apurados, e que não fiquem a denegrir a imagem daquele pujante município deste Estado.

Mas, Sr. Presidente, talvez por este pedido ser formulado por um Deputado da Oposição — e bem sei do pensamento do eminente Deputado Augusto Carneiro, que representa aquele município também aqui nesta Casa, porque a sua experiência na condução de apurar fatos de assassinatos é muito grande. Bem sabemos da sua experiência pessoal neste campo e, porisso é que nós fizemos este requerimento, para que o Paraná e o Brasil saiba quem tem culpa no cartório pelo assassinato de dois policiais militares no município de Iretama, neste Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, apenas para colocar alguns reparos nos pronunciamentos, principalmente do Deputado Deitos.

Estou perfeitamente à vontade, porque não é o município que represento nesta Casa. Mas, é um município confrontante com o de Pitanga e Roncador.

Sr. Presidente, o Prefeito de Iretama vai ficar registrado, nos Anais desta Casa, como um marginal, bandido e assassino.

Mas o meu pronunciamento que também ficará registrado nos Anais da Casa, seja no sentido de dar aqui, uma outra imagem do Prefeito de Iretama, que é um homem idôneo, sob todos os aspectos; correto, distinto. E digo mais, um dos melhores Prefeitos do interior do Paraná e vem fazendo uma administração de causar inveja aos demais municípios do Estado.

Se realmente houve esse crime, posso aqui, afirmar que o Prefeito não se encontrava no município, estava fora da cidade.

Não teve — e isto faço questão de frisar — não teve, como quiseram dizer aqui, participação nenhuma nesse episódio. E não é através desse requerimento, que se queira provar a participação do Prefeito no fato.

Foi dito aqui, por elementos da Oposição que “basta de se usar do poder para se mandar matar”. Foi dito aqui.

Falou-se no caso de Cascavel, que ainda não foi provado e muito menos se provará o caso de Iretama.

Então fica, Sr. Presidente, registrado que o Prefeito de Iretama é bastante idôneo, honrado chefe de família e jamais participaria de um ato como esse.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente.

Há pouco ouvimos nobres Deputados da ARENA dizendo que podemos confiar na Secretaria de Segurança do Estado do Paraná, porque o problema de Iretama, cidade que nem conheço, seria solucionado. Como também o problema de Cascavel, que há pouco foi levantado pelo nobre Deputado Jurandir Messias, não conseguiu ser provado, e segundo ele, o de Iretama também não será.

Mas, deveriam ser, porque a expectativa de toda uma população é de que se prove. Ninguém sabe se foi Prefeito ou se deixou de ser, mas alguém foi o mandante. Como também, estamos aguardando com expectativa, alguma resposta a respeito do ocorrido na cidade de Umuarama, quando o seu Prefeito renunciou, dando lugar a um Deputado que assumiu aquela Prefeitura, já que era vice-Prefeito.

E nada aconteceu também àquele corrupto que abandonou o povo de Umuarama e saiu com o bolso cheio de dinheiro.

E neste encaminhamento, gostaria de apresentar também o meu desagrado pela infeliz participação, ao encaminhar a votação, do Deputado Gabriel Manoel, ao dizer que os Deputados do MDB estiveram acompanhando os grevistas, homens que estão reivindicando melhores condições de trabalho, para insuflá-los. Desagradou-me porque, graças a presença, na última quarta-feira, de Deputados deste partido, inclusive este Deputado lá se encontrava, foi evitada uma tremenda violência contra os metalúrgicos, na Cidade Industrial, porque lá foram os Deputados do MDB, com o objetivo maior de levantar, mais alta, a voz do metalúrgicos, e acima de tudo, de fazer com que houvesse o pleno diálogo entre os empresários e os reivindicantes, naquela greve, os metalúrgicos. E hoje, mais uma vez, os Deputados do MDB, nobre Deputado Gabriel Manoel, estiveram acompanhando os grevistas...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa não vê o Regimento Interno ferido.

Com a palavra, o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, hoje mais uma vez os Deputados do Movimento Democrático Brasileiro estiveram acompanhando a movimentação dos grevistas da construção civil, com o objetivo uma vez mais de trazer o diálogo para que todas as partes estivessem satisfeitas...

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, eu não sou osso para andar na boca de cachorro!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que silencie, e com a palavra, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — E por isto mesmo, ao encerrar este encaminhamento, devo dizer ao Deputado Gabriel Manoel que, não me ofendo com o que ele está fazendo, porque felizmente tenho um berço bastante bom e uma educação...

O Sr. Gabriel Manoel — Lugar de Deputado é aqui na Assembléia, lugar de moleque é no parque de diversões!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um

apelo ao Deputado Gabriel Manoel, que, na forma do Regimento Interno, está com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

Com a palavra, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — E para encerrar este encaminhamento, nobre Deputado, nobre Presidente, fica a nossa expectativa de que, na realidade, o nosso Governo encontre as soluções para todos os problemas que ocorrem em nosso Estado. E digo que, não me ofendo com as palavras do senil Deputado Gabriel Manoel!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — (Fazendo soar os tímpanos).

A Presidência faz um apelo ao Deputado Gabriel Manoel!

A Presidência suspende a sessão, por cinco minutos.

(É suspensa a sessão)

Está reaberta a sessão.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado

Darcy Deitos. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar. — (Pausa).

14 Srs. Deputados aprovam; 33 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, pedindo esclarecimentos com respeito ao aumento nas mensalidades de escolas superiores particulares. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Parlamento Boliviano, pela luta que travou na defesa da legalidade e da preservação democrática naquele País. — Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A recente tentativa de golpe das Forças mais retrógradas da Bolívia, deram aos democratas de todo o mundo, uma grande satisfação. Pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos, naquele País vizinho, quando uma vez mais, um gorila das Forças Armadas Bolivianas, tentou estuprar a democracia, quando esse Coronel assaltou a democracia, assaltou o Poder, nós vimos fatos inusitados acontecer na terra boliviana.

O Congresso Boliviano, com a espinha dorsal ereta, colocou-se contra aquele golpista que uma vez mais procuravam fazer com que as Forças emergentes que levariam o povo boliviano à independência, fizeram com que ficasse ali dentro daquela atitude do Congresso então, um marco na História da América Latina.

O Congresso se posicionou nas ruas através da Central Operária Boliviana, os operários fizeram greve e fato mais auspicioso ainda para a América Latina. Grandes parcelas das Forças Armadas Bolivianas se colocaram também contra os golpistas do País vizinho.

Talvez estejamos vivendo outros tempos realmente na América Latina. Os aprendizes de "ditador", esses que procuram, estão querendo golpear as escassas, as parcas liberdades aqui e acolá, talvez terão que pensar duas vezes, antes de colocar bombas, os tanques e as metralhadoras nas ruas. A ditadura boliviana deixou o seu rastro tétrico, manchado de sangue.

Centenas e centenas de operários foram mortos por aqueles que desencadearam o golpe de Estado na Bolívia. Feridos, desaparecidos e lá se ficou claro para os bolivianos e também para o mundo todo que quando existe solidariedade internacional, quando se tem ousadia para fazer frente a esses que assaltam o poder, a vitória fica com o povo, a vitória fica com as forças populares que estão querendo fazer dessa América Latina, realmente um chão livre, onde teremos o desabrochar da vida humana em todo o seu esplendor e gostaria de falar aqui, Sr. Presidente, de que quando nós, brasileiros, falamos a respeito desses assuntos, quando tomamos posição em favor da democracia, enganam-se aqueles que pensam que nós estejamos aqui — como se afirmou ainda nesta tarde, de maneira subreptícia, querendo insuflar greves, querendo insuflar a derubada do regime. Aqueles que estão no poder, deveriam agradecer a nós da Oposição, porque durante todos esses anos nós não fizemos outra coisa a não ser aquela de carrear para a urna, para as eleições, o descontentamento que graça de Norte a Sul neste País.

Se nós, de uma maneira ou de outra, que ensejamos estas oportunidades para o povo, se de maneira contrária tivermos feito o apelo às armas, talvez a história neste País fosse diferente.

Mas o descontentamento existente aqui neste pedaço da América Latina, sempre foi por nós carreado para a urna, para as eleições, mas o povo está cansado, e aqueles que não têm sensibilidade suficiente para ver a quadra histórica difícil que estamos vivendo, talvez sim, estes sim, levem este País a dias mais negros ainda, daqueles que estamos vivendo.

Quando afirmei, num encaminhamento de um requerimento aqui hoje, que os Deputados estavam na rua, não quis dizer que estavam lá, para desencadear movimentos grevistas, que na realidade já tinham sido desencadeados pelas próprias lideranças, pelos próprios operários que sentindo na carne a situação em que vivem, não têm outra saída a não ser protestar. E estão protestando de maneira pacífica.

Outro dia, juntamente com alguns Deputados do MDB, estive na greve dos metalúrgicos e posso dizer que a presença dos Parlamentares do MDB que evitou o pior. Porque alguns policiais com cassetetes nas mãos e alguns outros policiais sem cassetetes e vestidos à paisana, estavam fazendo provocações. Mas foram as lideranças dos operários, dos metalúrgicos, estas lideranças somadas à presença e ao comportamento dos homens do MDB, que fizeram com que acontecimentos graves não tivessem acontecido na Cidade Industrial. E ali mesmo um policial militar disse-me, pessoalmente, que ele estava ali com cassetete na mão vivendo um drama de consciência, porque um irmão dele era um metalúrgico, era um grevista, e estava lá e ele talvez se visse obrigado a descer o braço da repressão em cima de um próprio irmão dele, que estava ali como ele também, reivindicando por melhores salários. Ele me disse também o que eles ganham não é suficiente.

Sr. Presidente, quando se toma a palavra ou a posição em defesa da democracia, muitos já se levantam para dizer que nós estamos fazendo demagogia. Não. Temos um compromisso assumido antes das eleições, um compromisso assumido nos bancos escolares, um compromisso assumido ao longo de nossa vida, de fazer sempre frente àqueles que esmagam a liberdade. Fazer frente àqueles que jogam o povo na miséria. E nós aqui nesta Casa não temos feito outra coisa, a não ser honrar o voto recebido, daqueles que se somaram conosco em tantas e tantas oportunidades, em defesa daqueles que precisam de alguém que levante a voz em defesa daqueles. Nós mesmos, na própria carne, já sofremos o impacto da repressão. Mas não é com pauladas que se mata a idéia e não temos medo de enfrentarmos tudo aquilo que possa vir contra o povo, porque nos encontrará ali ao lado deste mesmo povo, como fizeram outros Deputados do MDB, como fizeram ontem os Deputados do



MDB e como nós prometemos através de um pacto de honra quando este Governo procura assassinar o MDB. Nós procuraremos, através da nossa atuação, da nossa palavra, ficarmos juntos, unidos, para fazermos frente àqueles que não têm sensibilidade para perceber que este País está podre de corrupção, de cima a baixo. O entreguismo desenfreado. A Nação brasileira sendo entregue de mãos e pernas atadas ao capital estrangeiro. A miséria campeando por 8.500.000 km<sup>2</sup>. E quando nós enfrentamos toda esta situação, já vem aqueles que dizem que somos demagogos, que nós somos comunistas.

Sr. Presidente, a Constituição, — se é que a Constituição vale alguma coisa neste País, porque ela tem sido rasgada ao longo destes anos, quando bem entendem os Governantes... O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, Vossa Excelência se consultara a assessoria da Mesa, verá que o Regimento Interno dispõe que o orador não pode se desviar do assunto, objeto da discussão ou encaminhamento da votação.

O que nós estamos assistindo aqui, não tem nada a ver com o requerimento que a Casa vai apreciar e ainda faço uma indagação à Mesa. Embora reconheça no Deputado Waldyr Pugliesi, um "expert" em assuntos internacionais, porque Sua Excelência requereu nesta Casa, ao Presidente João Baptista Figueiredo que rompesse relações com a Nicarágua; no dia seguinte o Presidente o atendeu.

Embora nós reconheçamos isso, nos assalta uma dúvida, Sr. Presidente, se a Mesa tem condições de receber a moção que se pretende votar nesta Casa, — porque a ARENA votará favoravelmente, claro, ninguém vai votar contrariamente à moção; apenas, consultamos se a Mesa tem condições legais de receber essa moção e a quem a Mesa vai enviá-la, e através de quem. Através de que órgão a Mesa enviará o resultado da votação, à moção de solidariedade que se pretende votar na tarde de hoje, que nós votaremos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa atendendo a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, faz um apelo ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, que se atenha ao assunto por ele requerido no presente requerimento. E informa ao nobre Deputado Erondy Silvério, que a solicitação no requerimento do nobre Deputado, seria dirigida à embaixada boliviana em Brasília, o presente requerimento.

Com a palavra o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, as fronteiras não foram criadas por nós. Foram criadas ao longo da História, pelos interesses daqueles que continuam explorando a Humanidade. E acho que o problema da democracia, da liberdade, é uno, é um problema indivisível.

O problema da democracia boliviana interessa à democracia brasileira. E já que estão partindo para ataques, gostaria de dizer o seguinte: que...

O Sr. Erondy Silvério — Aqui não houve ataque nenhum.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Não me refiro a Vossa Excelência mas gostaria de dizer o seguinte: — Que o mês em que costuma aparecer cachorro louco, é o mês de agosto. E pelo jeito está aparecendo fora do mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao Deputado Waldyr Pugliesi, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu encaminhamento de votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra, porque não costumo falar com coisas que se parecem com rumores da voz humana, atrapalha-me isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Vossa Excelência está com a palavra e tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, a minha posição, acredito que de toda a minha bancada, que como já disse

tem o compromisso de honra de continuar unida, para continuar a luta em favor da democracia e das liberdades. Será a luta de todos nós, em favor da democracia aqui e acolá. Quando nós aqui apresentamos este requerimento, é porque realmente, o fato acontecido na Bolívia, terá repercussão não só no Brasil, mas terá repercussão em todo mundo, porque como já falei aqueles que na calada da noite, como verdadeiras quadrilhas, procuram assaltar, torno a repetir, o avanço popular, estarão, de uma maneira ou de outra, contidos pelo comportamento intemorato, democrático, comportamento de verdadeiros seres humanos que precisam botar um paradeiro a toda essa situação, de miséria, penúria e desrespeito aos direitos humanos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lógico que sempre se procurou — e não seria a primeira vez aqui — tentar, até às vezes, desvirtuar o objetivo primordial de qualquer posição deste ou daquele homem público.

Mas estou neste instante, encaminhando a votação para manifestar de público, a solidariedade à esse requerimento, porque, em verdade, Sr. Presidente, a Bolívia de triste presença na história da América Latina, com mais golpes de Estado do que de anos de república, significa a ocorrência recente de um avanço histórico e primordialmente significativo para as forças democráticas não só daquele País, não só da América, mas de todo mundo.

A América Latina, cujas injustiças, desvirtuamentos e ofensas tem servido para toneladas de tintas em milhares de livros, talvez foi da melhor maneira registrada no livro "As Veias Abertas da América Latina". E as veias abertas da América Latina, sugadas pelo imperialismo, pelo capital monopolista internacional, sempre teve na Bolívia e em toda a América Latina, o assentimento, a concordância e a co-autoria de homens dos seus respectivos países.

As veias abertas da América Latina foram efetivamente, sugadas no sangue de cada povo latino-americano. através da presença da exploração internacional, mas sempre encontraram em cada país uma receptividade em algum segmento da sociedade civil e do setor militar, para sustentar esse tipo de sugamento que se fez em todo esse continente.

E, em verdade, Sr. Presidente, gostaria também de aproveitar este instante, porque o que aconteceu na Bolívia no País mais conturbado de golpes e contra-golpes, é a expectativa de que nós teremos, mais dia menos dia, quer queiram as maiorias dos Parlamentos deste continente, quer não queiram os que estão hoje no Poder, mas, no futuro, nós haveremos de ter um Legislativo forte, sob controle popular.

O que mais importa, efetivamente é que o Legislativo seja forte, mas sob controle popular, do eleitor, e do povo, porque assim nós teríamos em toda a América Latina a ousadia contínua dos Parlamentares, para que, como fizeram os congressistas bolivianos, junto com setores do próprio exército daquele País, aliando os operários, à igreja, e outros segmentos sociais, possamos nós também usar isso como exemplo, que é hora de nós respondermos em pé a necessidade de valorizarmos os Legislativos e os Congressos, como acabou de acontecer nessa recém histórica posição do Parlamento boliviano.

Nós aqui, devemos efetivamente refletir sobre isso. Se for até a nível de insinuação colocada a questão de Waldyr Pugliesi, e seu requerimento, sobre o rompimento com a Nicarágua, pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, significar, até ironicamente, que foi uma pretensão desta Assembléia Legislativa com referência àquele requerimento.

Mas, serviu muito para ao menos nós do Paraná, para que

a imprensa paranaense e para que o nosso homem do interior também sentisse o porquê se estava reivindicando, se tentando reivindicar o rompimento: porque lá se fazia o que já se fez tantas vezes no Brasil, e na Bolívia e o que se repete, ainda tantas vezes, em países da América Latina.

Tão é somente, serve para alertar e abrir os olhos para que nós todos possamos refletir, para que possamos analisar as coisas, não segundo os nossos interesses, absolutamente eleitoreiros, inclusive de sobrevivência político-partidária individualista. Mas, que analisemos o contexto da história, o conjunto dos fatores sociais, para que os exemplos de Vietnã, de Angola, de Moçambique, de Somoza - Nicarágua, ou mesmo agora do Irã, com Kohmeini, sejam analisados no seu contexto maior, para que, amanhã, quando um desses fatores sociais se repitam em nosso País, não venham receber nós, ausentes dessa questão e, principalmente ignorando a realidade. Porque, muitas vezes, preferimos ficar nas reuniões faustosas das Assembléias Legislativas, nos nossos gabinetes bem servidos, nos plenários bem atendidos, esquecendo-se que lá fora, grassa, efetivamente, a miséria.

E é isso que se foi fazer lá, e nós fomos juntos, hoje, para ver e evitar que se ampliasse uma possível repressão. Porque, enquanto operários da construção civil fazem greve, aqui, à nossa frente, ficamos tachando de subversivos, aqueles que se colocam a favor dos humildes; como estão, agora, os ignorantes da história, tachando a Igreja de subversiva e infiltrada de comunistas.

Concordo sim, há uma infiltração grande, nos setores grevistas do País; há uma infiltração terrível no meio do povo brasileiro. É uma infiltração não vermelha, mas sanguinária da fome, da subnutrição, da marginalização social, que vive a grande maioria do povo brasileiro.

Tomamos uma posição, ou iremos ficar nós, também, amanhã, atropelados pelo tropel sincero, profundo, corajoso e libertário das marchas populares.

É uma questão de opção, também é uma questão de ousadia.

É muito mais fácil ficar no aconchavo do poder, na subserviência das Secretarias, no servilismo dos que estão usando e abusando da paciência popular. Mas, tudo tem o seu dia, o seu tempo e a sua hora. O povo, à hora que for consciente, dirá "basta". E haveremos de sacramentalmente, julgá-los pelo melhor da história.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço aqui um aparte para, inclusive, incluir a posição que se fez agora, lá na reunião, que tinham os homens do setor da construção civil, na Praça Zacarias, defronte seu Sindicato. Foi efetivamente, em função do advogado trabalhista Edézio Passos e de Parlamentares do MDB, que tentamos, mais de três vezes, conversar com o Presidente do Sindicato, para colocar inclusive viatura à disposição daqueles operários para levá-los ao campo do Atlético Paranaense, para melhor se agruparem e fazer uma reunião em paz e com tranqüilidade.

Esse foi o grande objetivo da nossa ida lá. Porque, o movimento foi espontâneo e merece que cada um vá para sua casa analisando, que os homens que foram lá, não foram insuflados por ninguém, foram com marmitas, foram com a barriga vazia, com as fisionomias carregadas e com suas arcadas sem dentes, próprios conseqüentes e resultantes desse modelo econômico de muitos que estão aqui, acostumados a aplaudir. E quando há reação, querem pichar de comunista. Pior que comunista, que comunismo, é essa grande marcha de miséria que se vê nas ruas deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, insuflar é, efetivamente, cruzar os braços, o que talvez seja o pior dos pecados e dos crimes, que é o crime de omissão.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, em verdade, esta é a hora e, todo momento é momento de nos posicionarmos cla-

ra e definitivamente. Ou estamos a favor do povo e das necessidades populares, sejam da Bolívia, sejam do Brasil, da Argentina, de onde for, porque o povo, as necessidades, os direitos humanos, os postulados democráticos não possuem fronteiras e fisicamente estão, podem distantes estar, mas, interligados na espiritualidade maior da causa. Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta manifestação favorável, para que se consigne um voto de aplauso ao Parlamento boliviano. E eu digo ao Sr. Presidente: a Embaixada da Bolívia, efetivamente está em Brasília, mas, ao que me consta, também há um Parlamento na Bolívia, para se remeter também, cópia deste requerimento, para que outras pessoas não fiquem preocupadas no endereçamento desta solicitação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, vou votar favorável a este requerimento, porém, quero confessar que estou meio confuso, porque eu não sou um "expert" em política internacional mas, pelo conhecimento que tenho através de notícias dos jornais, há tempos atrás houve uma eleição na Bolívia, concorreram três candidatos e, por uma forma constitucional, mesmo o ex-Presidente não obtendo um número suficiente de votos, com o apoio do Congresso ele acabou sendo Presidente, esse cidadão Guevara, se não me engano; apareceu um Coronel, deu um golpe de Estado, derrubou o Presidente da Bolívia, Guevara, e assumiu o poder; até aí, houve, após isto; as próprias classes trabalhadoras, o próprio Congresso, por pressão do povo, retomaram o poder que, na minha opinião, deveria ser dado ao Presidente que estava condicionalmente em posse do poder da Presidência da Bolívia, que era o Guevara Arce; deram à Presidente do Congresso Nacional, uma Presidência, e que na realidade acabou sendo uma eleição para Presidente da Bolívia.

Portanto, vou votar, mas, realmente, acho que, quem estava no poder era quem deveria voltar ao poder, aquele Presidente que foi derrubado e que ainda ontem tomou posse no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de me manifestar também embora perceba o cansaço já dos meus nobres Colegas, tão somente para reafirmar uma vez mais, a nossa posição democrática, eis que acreditamos que, somente através dos meios pacíficos da democracia, através dos meios constitucionais é que alcançaremos aquela liberdade tão propalada no dia de hoje nesta Casa; tão somente assim alcançaremos uma democracia e uma liberdade, para que não necessitemos, para que os nossos trabalhadores não necessitem invejar a comunidade dos porcos, como foi dito hoje aqui nesta Casa.

Lembro aqui, a passagem de uma parábola muito instrutiva, a parábola do Filho Pródigo, que, depois de longo tempo afastado de sua casa, trabalhando de escravo na mão de um capitalista, percebeu que tinha que alimentar os porcos daquele capitalista, em rações bem melhores que aquelas que ele hoje estava percebendo.

Foi assim que ele caiu em si e reconheceu que, na mão daquele capitalista, como servo, como escravo ou como operário de salário-mínimo brasileiro, poderíamos dizer alusivamente, não poderia encontrar a liberdade, a dignidade que buscava.

Por isto acredito que, ao prestarmos o apoio ao Congresso boliviano que luta para manter a democracia, que, informando inclusive o nobre Deputado Lázaro Dumont, que no impedimento do Presidente, é o Presidentado Congresso quem assume e foi assim que o Congresso Boliviano deu um exemplo à América Latina tão lastimada em suas liberdades democráticas e que nós nos sentimos também aqui, refortalecidos na nossa esperança democrática, na nossa fé na liberdade, mas na liberdade, Senhor Presidente, nobres Deputados, uma liberdade igualitária a todos, não a liberdade de lucros exagerados para alguns poderem viver melhor e uma falta de liberdade, escravidão para 100 milhões de brasileiros que têm, inclusive, de chegar a invejar os porcos.

Acredito, Sr. Presidente, nobre Deputados, se nós não alcançarmos por meios pacíficos essa democracia, poderemos ter a certeza de que ela será alcançada, talvez, nos feitos de Cuba, de Fidel Castro, e então não será mais democracia, e liberdades, como aqui foi dito, mas o povo brasileiro haverá de chegar no momento de querer trocar a sua falsa liberdade que apregoam certos políticos, pela estabilidade do porco no chiqueiro, porque hoje nós sabemos que neste País, onde domina o capitalismo selvagem, onde liberdade só existe para grupos estrangeiros, para evasão de dólares e não de cruzeiros, onde se empenha ao brasileiro o regime de força, anti-democrático, os bezerros das grandes fazendas tem veterinários e assistência imediata e o brasileiro que nasce não o tem. Isso causa inveja nos operários brasileiros, nos trabalhadores que poderão chegar um dia, inclusive, a querer trocar a situação do bezerro e do porco, pela liberdade que oferece certos políticos que hoje fizeram uso da palavra aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, nobres Deputados, encaminhando assim a votação desse requerimento, acredito que estamos nos reafirmando democraticamente, dando ao Parlamento Boliviano os nossos aplausos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

Concedo a palavra ao Deputado Darcy Deitos.

○ SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Pedimos a palavra para fazer uma declaração de voto em que votamos favoravelmente ao requerimento em que dá um voto de apoio ao Congresso Boliviano, porque os ventos da democracia estão a bater, estão a chegar em parte da América Latina e quer me parecer que também aqui no Brasil, os ventos da democracia estão a chegar, porque na tarde de hoje, quando saímos desta Assembléia, juntos com eminentes Companheiros do MDB em que fomos atender uma reivindicação dos trabalhadores da construção civil de Curitiba, que preferiu reajustamen-

to salarial de 80%. Para quando lá nos dirigimos, não fomos insuflar, não fomos tentar fazer baderna como aqui, quis se insinuar nesta tarde, Sr. Presidente. Fomos lá porque temos um compromisso com o povo que nos elegeu, e quando na última campanha dizíamos de que vínhamos para este Poder para defender o povo, na tarde de hoje nada mais fizemos do que ir lá cumprir com esta obrigação junto com eminentes Companheiros e vimos lá de que os trabalhadores da construção civil estavam acéfalos, porque quer nos parecer que tem à testa, um pelego a comandar o seu Sindicato que arrecada uma babilônia por ano, aonde tivemos a oportunidade de verificar o seu balanço de 1978, aonde a arrecadação de mensalidades foi perto de seis milhões de cruzeiros, dando uma arrecadação de quase 500 mil cruzeiros por mês.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos esta declaração de voto para dizer que o nosso compromisso é com a democracia. Continuamos a lutar, muito embora aqueles que estão para defender só os poderosos, o grande capital, digam que quando alguém do MDB vai defender o povo, está fazendo demagogia, ou está tão somente para atender seus interesses pessoais, que é de voto.

Isto conosco, Sr. Presidente, não ocorre, porque para lá nos dirigimos para atender o nosso compromisso que é com o povo do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — Aprovado.

○ SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

○ SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defer e procederá a verificação de votação.

14 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 122, 123 e 124/79.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/78.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/77.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/78.

Levanta-se a sessão.